

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Departamento de Sociologia

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO NA GUINÉ-BISSAU

Adalgisa Noémia Viegas Lopes Ferreira

Mestrado em Sociologia

Orientador: Doutor João Sebastião, Professor Associado no Departamento Ciências Política e Políticas Públicas

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2022



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO NA GUINÉ-BISSAU

Adalgisa Noémia Viegas Lopes Ferreira

Mestrado em Sociologia

Orientador: Doutor João Sebastião, Professor Associado no Departamento Ciências Política e Políticas Públicas

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2022

Dedico este trabalho à toda minha família, que sempre estiveram do meu lado dando apoio e que sempre acreditaram em mim.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiro a Deus por ter me dado a vida, saúde e força para as batalhas diárias, pois Ele é o criador de toda a terra. A Ele gratifico toda a sabedoria, força e coragem que me atribuiu nessa vida. Obrigada, Pai Celestial.

Agradeço aos meus pais por sempre souberam me apoiar nos momentos mais difíceis e importante do meu caminhar profissional e acadêmico, a eles devo a este trabalho como sinal de agradecimento por tudo que fizeram e que ainda fazem para que nunca me faltasse nada.

O meu obrigado vai também para os meus tios, e tias que de forma indireta participaram no meu crescimento acadêmico e pessoal, e de forma muito especial vai para uma mulher batalhadora que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida, a irmã do meu pai, a ela agradeço a educação e carinho durante a minha vida.

Aos meus irmãos e primos que de alguma forma participaram na minha vida, e estiveram presentes em todos os momentos marcantes do meu crescimento.

Também agradeço aos colegas de estudo pelos momentos de partilha de conhecimento e apoio prestado.

Um obrigado muito especial vai para o meu orientador que sempre mostrou disponibilidade e colaboração na orientação, por toda ajuda prestada, agradeço a rigorosidade com que se dedicou para a realização e correção deste trabalho.

A todos os que cuidaram de mim um muitíssimo obrigado.

RESUMO

Tendo em conta o sistema funcional da administração pública Guineense, o presente trabalho tem como objetivo mostrar o desenvolvimento do sistema educativo Guineense nos últimos anos e as políticas públicas para o seu desenvolvimento. O trabalho estudou a forma como funciona o sistema de ensino a nível nacional, visto que a Guiné-Bissau é um país Africano da colónia portuguesa que, atualmente tem vindo a registar inúmeras fragilidades administrativas no que diz respeito a educação, tanto a nível das infraestruturas, formação pedagógica e administração escolar. No desenvolvimento do trabalho procurou-se explicar os constrangimentos registados nos últimos anos naquele que é o setor responsável pela definição da sociedade, foram abordadas questões como: as políticas públicas para o ensino, a crise política, a importância da família na educação. Para isso este trabalho contou com a entrevista de algumas personalidades ligadas ao setor educativo, que prontamente deram o contributo com expectativa de poder contribuir para o seu desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Instituição, Estado, Educação, Desenvolvimento e Formação Pedagógica.

ABSTRACT

Taking into account the development of the functional system of the Bissau - Guinean public administration, the present work aims to show the development of the country's educational system in recent years and the public policies for its development, since Guinea-Bissau is a former Portuguese colony that currently that currently has been experiencing numerous administrative weaknesses in regard to education, both in terms of infrastructure, pedagogical training and school administration. In the development of the work, an attempt was made to explain the constraints registered in recent years of what is said to be the sector responsible by the definition of society. There were questions asked regarding some issues, such as: public policies for education, the political crisis, the importance of the family in education were addressed. For that, there were some personalities linked to the educational sector interviewed, who promptly made the contribution with the expectation of being able to contribute to its development.

Key words: Institution, State, Education, Development and Pedagogical Training.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Disparidade regionais em matéria de acesso a escola, Guiné-Bissau, 2010.

Gráfico II – Perfil de escolaridade transversal.

Gráfico III – Taxa bruta de escolaridade ou número de estudante por 100.000 habitantes.

Gráfico IV – Fontes de financiamento do pré-escolar segundo o tipo de oferta, 2014.

Gráfico V – Evolução da repartição das despesas públicas corrente de educação por natureza (2002-2013).

LISTA DE FIGURAS

Figura I – Estrutura do sistema educativo na Guiné-Bissau.

Figura II – Estrutura do ministério da educação nacional.

LISTA DE SIGLAS

PASEG – Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau

MEN – Ministério da Educação Nacional

BM – Banco Mundial

PNA – Plano Nacional de Ação

EPT – Educação Para Todos

EBE – Ensino Básico Elementar

EBC – Ensino Básico Complementar

PSE – Programa Sectorial da Educação

PAM – Programa Alimentar Mundial

TBE – Taxa Bruta de Escolaridade

SAB – Setor Autônomo de Bissau

EB1 – Ensino Básico 1º ciclo

EB2 – Ensino Básico 2º ciclo

EB3 – Ensino Básico 3º ciclo

CIFAP – Centro Industrial de Formação e de Aprendizagem Profissional

DENARP – Documento de Estratégia Nacional de Alívio e Redução de Pobreza

RESEN – Relatório sobre Estado do Sistema Educativo Nacional

OGE – Orçamento Geral de Estado

IGE – Inspeção Geral de Educação

GEPASE – Gabinete de Estatística e Planeamento do Sistema Educativo

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	xxii
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	xxiv
CAPÍTULO I	xxx
3.1 A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO NA GUINÉ-BISSAU	xxx
3.1.1 Abordagem Sociológica das Políticas Públicas e Educativas	xxx
3.1.2 Sistema Educativo Guineense	xxxii
3.1.3 Política de educação e formação	xxxiv
3.1.4 A evolução do sistema educativo nos últimos anos	xxxvii
CAPÍTULO II	xxxix
4.1 FATORES QUE CONDICIONAM O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	xxxix
4.1.1 As desigualdades sociais nas trajetórias escolares	xl
4.1.2 O papel dos atores educativos	xli
4.1.3 Família como parte integrante no desenvolvimento do ensino	xlii
CAPÍTULO III	xliv
5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO NA GUINÉ-BISSAU: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	xliv
5.1.1 A construção do sistema educativo na Guiné-Bissau	xlvi
5.1.2 Educação e colonialismo	xlvi
5.2 Atores públicos, sociedade civil e educação	xlvii
5.2.1 Fatores que condicionam o desenvolvimento educativo na Guiné-Bissau	xlviii
5.2.2 Infraestruturas escolar e de formação	xliv
5.2.3 Difícil relação entre sistema político e sistema educativo	l
5.2.4 Problemas económicos, sociais e culturais	liii
5.2.5 Qualidade de ensino público e privado	lv
5.2.6 Apoios educativos e administração escolar	lviii
5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO NA GUINÉ-BISSAU	lxi
5.3.1 As políticas públicas para o ensino	lxi
5.3.2 Plano curricular	lxiv
5.3.3 Fundos do Estado para educação	lxv

CONCLUSÃO	lxviii
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	lxxi
Outras Referências	lxxv

INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país onde se verifica uma baixa qualidade de ensino, e abertamente reconhecida pelas elites governamentais, bem como, pelos dirigentes das representações internacionais. As circunstâncias pedagógicas negativas que rodeia esse sistema, conjugadas com as condições concretas do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adita-se um fator específico que é o fator língua.

De acordo com *Damasceno (2021)*, afirma-se que a educação enquanto política social contribuirá ativamente com esses processos, conformando diferenças entre grupos sociais, alicerçada tanto na desigual divisão social e técnica do trabalho quanto nas representações subalternizadas por raça e gênero, atuando concomitantemente. O sistema de ensino guineense, à semelhança de muitos outros países em desenvolvimento, enfrenta muitos desafios no caminho para atingir os Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento (ODM), mas os obstáculos são enormes nomeadamente no que toca à redução da pobreza, da malária ou ao acesso à água potável.

É importante sublinhar que, graças as políticas nacionais e ao apoio prestado pelos parceiros bilaterais e multilaterais, se registaram progressos muito significativos em domínio como, a educação universal, a redução da mortalidade materno-infantil ou a promoção da igualdade de género. Os Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD), constituem-se como um conceito a volta do qual os líderes mundiais se juntaram em 2015 para tentar ir ao encontro das necessidades dos mais pobres (Gomes, 2014).

Para Capucha (2005), os cidadãos têm o direito de contribuir para o bem comum, e têm direito de cessar de forma individual o bem-estar económico e social. Não é a miséria e a pobreza absoluta que se desenvolve e se densifica em outros contextos mais afastadas, mas as pequenas misérias que vão desgastando o conteúdo diário (Carmo e D’Avelar, 2020).

Mas, o tempo vivido como um acumulado de problemas, de miséria impulsionada por um sistema capitalista cada vez mais presente nas diversas esferas da vida quotidiana e produzindo consequências sociais terríveis (Carmo e D’Avelar, 2021).

“A pobreza absoluta é uma condição caracterizada pela privação severa das necessidades humanas básicas, incluindo alimentação, água potável, saneamento, saúde, alojamento, educação e informação. Ela depende não apenas do rendimento, mas também do acesso aos serviços” (Neves, et, al; 2010:17).

Apesar de ter consciência de muitos dos problemas como a pobreza ou a desigualdade social, não é uma obrigatoriedade da comunidade internacional, a falta do cumprimento do

compromisso assumido pelos poderes do estado põe em causa as conquistas alcançadas (Gomes, 2014).

As perspetivas da pobreza, por seu turno, procuram definir a pobreza com base na opinião pública. O autor define a pobreza naquilo que num determinado espaço de tempo é entendido como pobreza por um conjunto de atores sociais (Neves, 2010).

O sistema do ensino guineense vem sendo caracterizado pela sua instabilidade sucessiva, que tem constituído uma preocupação não só do governo, mas também da comunidade académica, sociólogos e da sociedade em geral, que despertou o interesse em estudar o seu desenvolvimento nos últimos anos.

Este trabalho surgiu através de várias inquietações enquanto guineense e estudante num país estrangeiro, e nas dificuldades encontradas no decorrer do percurso académico. Posto essas declarações do sistema educativo e seu desenvolvimento, o trabalho tem como o objetivo geral: Analisar o desenvolvimento do sistema educativo guineense nos últimos anos.

Neste quadro são os objetivos específico do trabalho:

- Analisar a evolução do sistema educativo nos últimos anos;
- Conhecer e compreender os fatores que condicionam o desenvolvimento do sistema educativo;
- Quais são as políticas públicas para o ensino na Guiné-Bissau.

Para esse propósito, o trabalho está organizado de seguinte forma: além da introdução e enquadramento teórico, o trabalho conta com três capítulos essenciais.

No primeiro capítulo abordamos o desenvolvimento do sistema educativo, tendo em conta as últimas crises vivenciadas neste sector. Foram discutidos os seguintes pontos: a construção e estruturação do ensino no país; as políticas públicas direcionadas para o ensino mediante as economias do país.

O segundo capítulo analisará os fatores que condicionam o desenvolvimento educativo no país. O fator económico será abordado no contexto familiar como garantia do direito a educação.

Para terminar o último capítulo será analisado as informações empíricas recolhidas no trabalho de campo realizado.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A globalização tem algo a ver com a tese de que agora vivemos todos num único mundo, e ninguém que pretende evoluir pode ignorá-la. O século XXI tem sido o campo de batalha em que o fundamentalismo, vai defrontar com a tolerância cosmopolita (Giddens, 2017). Num mundo em processo de globalização, em que a transmissão de imagens através de todo o globo se tornou rotineira, estamos todos em contacto regular com outros que pensam de maneira diferente, que vivem de maneira diferente.

Para Beck e Giddens, (2000), mostram que as diferenças que vigoram nas pessoas são óbvias e já foram muitas vezes discutidas, no entanto o mesmo não se pode dizer dos seus aspetos comuns que são consideráveis. Nos debates acerca da globalização, há uma forte tendência para reduzir as suas dimensões económicas (Santos, org, 2001).

A globalização intensifica a relação social mundial e une localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância. Para o Giddens (2017), nos dias atuais o mercado financeiro global movimenta mais de um trilião de dólares por dia, uma diferença notável em relação aos anos de 1980. O dinheiro na nossa conta bancária muda de momento a momento de acordo com as flutuações registadas neste mercado. Não se pode hesitar que a globalização tal como se pode constatar a muitos respeito não é apenas uma coisa nova, mas também é algo de revolucionário. A globalização é política tecnológica e cultural, além de económica e tem influenciado o processo de vários sistemas a partir do final da década de 1960.

Um dos sistemas que não ficou de fora da globalização é o modelo moderno da educação escolar, que é um sistema histórico que se inscreve na longa duração e que resulta do entrelaçar de tempos históricos, económicos, políticos, sociais e culturais não isoláveis e que se desenvolveu ao longo dos últimos duzentos anos a partir da Europa e no mundo (Azevedo, 2007), a cada sistema educativo moderno só se chega a compreender a luz do sistema mundial moderno, para o autor as sociedades que se modernizam adaptam subsistemas de educação escolar de contornos semelhantes. No entanto Giddens (2017), acredita que a globalização, não é só nos grandes sistemas e nem apenas “uma coisa por aí”, mas sim um fenómeno interior que influencia aspetos íntimos e pessoas das nossas vidas.

Para Beck e Giddens (2000), a sociologia da modernização tem que se tornar um pouco numa arte de modo a libertar-se dos seus próprios bloqueios intelectuais. No momento em que se tem intensificado o interesse pela educação e pela aprendizagem sob o paradigma da sociedade do conhecimento, os sociólogos e profissionais em educação são convidados a

contribuir para o conhecimento de áreas ainda pouco explorado no domínio da educação (Seabra, 2016).

A sociologia da educação desenvolve-se nos países do mundo inteiro, no centro do desenvolvimento há um objeto de estudo cuja importância científica e social é indiscutível (Abrantes et, al, 2010). As desigualdades sociais no sistema educativo, e mais recentemente, as políticas educativas e as organizações escolares na sua relação com a família e mercado de trabalho, são áreas que merecem alguma atenção por parte dos estudiosos.

O termo educação escolar pode ser entendida como o tempo passado na escola, mas, para Canário (2000), a educação é um processo permanente que potencia a reinvenção das formas de articular o aprender, o viver e trabalhar. É necessário garantir que a educação vai além do modelo escolar, facto que tem se verificado nas sociedades, como é caso dos países africanos em particular na Guiné-Bissau, onde o sistema educativo está sob responsabilidade do Ministério da Educação, mas, tem-se observado grandes desigualdades em termos de oportunidade.

Para Canário (2009), o mundo se encontra em constante evolução o que leva as pessoas a constante processo de aprendizagem ao longo do tempo. Neste sentido a educação é vista como um processo permanente de autoconstrução de ação humana.

No contexto africano, a educação constitui um pilar fundamental que podemos usar no desenvolvimento (Caetano, 2013). Atualmente o fracasso no sistema de ensino dos países africanos, tem-se baseado na desistência dos alunos no decorrer de ano letivo com o objetivo de entrar para o mercado de trabalho para garantir o sustento da família.

Para os autores Moacir et, al Romão (2012), o processo pós-alfabetização deveria ser considerado como o momento mais importante da alfabetização, uma vez que o processo pós-alfabetização dá mais sentido, ao processo de educação permanente. Para estes autores, os movimentos da libertação davam espaço a uma nova realidade educativa, colocando em questão o sistema educacional herdado dos colonizadores que levava a formação de uma pequena elite a uma mentalidade não só individualista, mas também extremamente mal preparada do ponto de vista técnico e profissional para enfrentar os problemas e as necessidades reais do país.

De acordo com Blanco (2015), nos países das colónias europeias, a ausência do estado social agravou-se com a ausência do estado de direito. Situações estas que provocam consequências na sociedade em geral, e pioram a falta de interesse em encontrar soluções para os problemas sociais existentes.

Se voltássemos ao século passado, isto é, em 1963, com o estatuto indígena as escolas sob a administração colonial na Guiné tinha uma soma de 11.827 alunos sob responsabilidade

de 162 professores no ensino primário, já no secundário, a soma era de 987 alunos para 46 professores (Jaló, 2000). Ainda o autor, nessa altura a Guiné-Bissau tinha uma população calculada em 510.777 habitantes, dos quais 502.457 (98,3%) eram considerados indígenas, e tinha 12.814 alunos sob responsabilidade de 208 professores.

De acordo com o relatório (BM de 1990), o continente africano não possuía uma homogeneidade do ponto de vista das políticas públicas, educativas, econômicas nem ao nível das matrizes culturais e linguísticas. Contudo, é importante sublinhar que em linhas gerais, o sistema de ensino entre os países africanos numa visão e análise empírica, caracteriza-se pela existência de três momentos.

- A educação era garantida desde criança até a morte, por pessoas adultas da comunidade em pequenos grupos étnicos que vão-se passando progressivamente os conhecimentos adquiridos de geração em geração, através da oralidade, memória e tradição, (nesse contexto as raparigas não recebiam a mesma educação que os rapazes, para as meninas eram ensinados a governar a casa e cuidar dos filhos. Para os meninos eram ensinados a caça, preparar ou fabricar armas para assim garantir o sustento da família).
- A educação caracteriza-se através das configurações híbrida, (**junção de duas ou mais aprendizagens e civilizações**) na qual se combinavam as aprendizagens e simulações de outras civilizações com base nos matizes africanas. As crenças religiosas africanas, muito praticadas na África ocidental, e não só, juntaram-se mais tarde, o Islamismo (muito praticado na costa oriental) e o Cristianismo (preponderantemente praticado na África Austral). Estes hábitos e outras práticas culturais ter-se-ão porventura desenvolvido num sistema integrado de educação em cada zona onde predominassem os que as impunham
- Por último a educação com base e influência da igreja e do ocidente. Esta tendência educativa se enquadra nas dinâmicas sociocultural na realidade africana dos dias atuais (Té, 2017).

O contexto de fragilidade do ensino anteriormente descrito deverá merecer uma particular atenção por parte dos doadores na área da educação.

Mas ao longo dos tempos, foram apresentadas inúmeras soluções para a resolução dos problemas ligados ao ensino, sendo que muitas dessas soluções nunca foram postas em prática, a título de exemplo. O governo guineense previu no ano 2000, a formação de recursos humanos de qualidade na área da diplomacia, e promoção de espírito de corpo entre os profissionais ao serviço do país o que não veio a se concretizar (Té, 2017). Todavia os resultados demonstram que porventura houve uma ligeira recessão, um recuo nos investimentos e um retrocesso no investimento da formação, contudo é necessário observar que as medidas foram criadas para a

melhoria do sistema educativo. Em 2010, o governo introduziu novas disciplinas da educação cívica em todos os níveis de ensino e no mesmo ano foi introduzido o 12^o ano da escolaridade.

Mas, como os períodos anteriores as dificuldades agravadas na implementação destas medidas e a maior parte das dificuldades mantêm-se, e talvez pelo crescimento acentuado da população. O que é do conhecimento do público, é que o sistema do ensino do país conta com a taxa de analfabetismo bastante alta (Djaló, 2009), a fragilidade no ensino básico do país deve-se a falta de recursos escolares como, infraestruturas e materiais didáticos.

Nesta perspetiva deve-se pensar o ensino não como um privilégio, mas, como um direito de cada cidadão. Neste sentido, em 1990 o governo em colaboração com alguns intelectuais do país, desenvolveram um estudo denominado (*Djitu Tem Ku Tem*) com vista a dar resposta as causas sociais e económicas. O referido estudo, levantou as necessidades do país e apontou algumas metas a serem seguidas pelas diferentes instituições estatais do país com o objetivo de melhorar a situação social e económica. O estudo deu ênfase ao ensino básico, apontando a necessidade de criação de um projeto específico nesta área para o melhoramento do ensino e combate ao analfabetismo (Djaló, 2009).

Neste sentido, com base no resultado do estudo, foi criado o projeto *firkidja*, em 1997, o projeto teve como objetivo, o melhoramento da qualidade de ensino no país. Num ¹período de 4 anos, o projeto acordado para funcionar entre 1997 a 2001 com perspetiva de renovação, apoiou o ensino básico e centrou a sua promoção em um ensino básico de qualidade, com vista a redução da pobreza e a constituição de uma base sobre o qual seja possível erguer melhorias económicas e sociais, o que não veio a ser cumprido devido à paralisação das atividades do país devido o conflito militar de 1998. O projeto foi retomado no ano 2000 e contou com um alargamento até Março de 2003.

Mas, esse não foi o único estudo/projeto desenvolvido para a melhoria da situação educacional na Guiné-Bissau. Em 2003, o governo apresentou o *Plano Nacional de Ação, Educação Para Todos*, de acordo com esse plano o sistema educativo está dividido em duas (2) vertentes: Ensino formal e não formal. Sendo que o ensino formal é composto por cinco níveis (5); ensino pré-escolar; ensino básico elementar, ensino secundário, ensino técnico profissional e ensino superior. Quanto ao ensino não formal é constituído pela alfabetização e educação de adultos pelas escolas Madrassas corânicas e particulares de incidência urbanas. Ainda o plano mostrou vários momentos importantes da evolução do ensino a nível nacional.

¹ Para mais informação sobre este projeto consultar Djaló, 2009.
“Firkidja” dialeto crioulo que significa porto seguro ou segurança.

Os principais indicadores do sistema educativo mostram que o sistema teve uma evolução nos diferentes níveis. No pré-escolar em 1999/2000, o número de crianças inscritas atingiu 4.159, e no primeiro ciclo, a taxa de progressão de escolarização foram significativas apesar do conflito armado de 1998, teve um acréscimo de taxa bruta que passaram de 67% para 79% no EBE, e de 34% para 46% no EBC, ou seja, uma evolução de 57,8% e de 69,4%. De salientar que estas taxas não tinham² evoluído mais que 46,3% a 57,8% entre os anos 1991/1992 e 1997/1998. De acordo com o PNA (2003), o país está alinhado com os sete Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, segundo os dados apresentados em 2001/02, a taxa da escolaridade aumentou significativamente em estimativa da taxa bruta em 75%, em todo o ciclo do ensino básico (Gomes, 2014) para o MEN esse fato deve-se à:

- Implementação do ensino básico gratuito;
- Distribuição gratuita de manuais;
- Implementação das cantinas escolares com apoio de PAM cobrindo as regiões de Bafatá, Gabú, Tombali, Quinara e dois sectores da região de Oio.

Nos anos (1997/98) e (1999/2000), à nível secundário as taxas brutas passaram de 13,5% a 20%, um aumento de 8% comparando com o ano (1991/92) que foram 6,7% respetivamente.

Mas apesar das melhorias quantitativas, a fraca qualidade de ensino ao nível básico e secundário continua a ser fator preocupante. Contudo houve progressos significativos nos anos precedentes que permitiram melhoria de cobertura em diferentes ciclos do ensino básico, em 2017 foi desenvolvido o *Plano Sectorial de Educação* para (8 anos) de (2017-2025).

O plano com base no estudo realizado em 2014, revela a taxa bruta de ensino, 143% para o 1º ciclo, 76% para o 2º ciclo e 61% para o 3º ciclo. Mas os dois primeiros ciclos do ensino básico, teve uma queda de 2010 para 2013, passando de 64% para 59%. A explicação do ministério sobre essa degradação, deve-se ao facto de muitas escolas não oferecem todos os níveis de ensino, por conseguinte, depois do 1º ciclo apenas 25% das escolas oferecem esta oportunidade (PSE, 2017). É importante referir outro aspeto que diz respeito a entrada tardia no ensino primário, mais de 96% das crianças escolarizada no 2º ciclo têm mais idade do que a requerida, lembrando que a idade obrigatória é de 6 anos. E a média da idade das crianças deste nível é de 11 anos.

Contudo esses princípios orientam a educação global com valores culturais africanos de cada país. De facto, as políticas do BM para a educação sempre buscam fundamento na teoria

² Dados retirado do plano nacional de ação (educação para todos, 2003), ver pag. 15 e 16 [guinea_bissau_pna_ept.pdf](#)

do capital humano, considerando a educação um investimento na produtividade futura do trabalho tanto para a sociedade como para educando (Borges, 2003).

Segundo a opinião do (Djaló, 2009), o BM exerce profunda influência nos rumos do desenvolvimento mundial, os seus papéis têm crescido na definição da política econômica dos estados africanos ao longo das últimas décadas a Guiné-Bissau tem feito parte dessa tendência.

CAPÍTULO I

3.1 A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO NA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau viveu ao longo dos tempos uma guerra de libertação que culminou com a proclamação da independência em Setembro de 1973, seguido de série revoltas armada e golpes de Estado que destruiu cerca de 80% das infraestruturas económicas e sociais do país. Neste contexto de fragilidade das estruturas administrativas públicas do país o setor educativo não foi poupado.

Um conjunto de dificuldades que influencia na taxa de frequência, segundo MEN estima-se que o número de frequência e eficácia interna é fraca, com taxas de repetência bastante elevada. O problema que enfrentam o sector educativo guineense se agravam ainda mais quando se trata da universalização da educação. No entanto, como um direito humano que obriga o Estado a uma democratização do sistema supõe a garantia de uma educação de qualidade para todos através de medidas que devem promover a igualdade para isso.

O primeiro capítulo deste trabalho, trata-se das abordagens sociológicas das políticas públicas virado para o ensino, bem como o funcionamento do sistema educativo guineense, as políticas de educação e formação no país e a evolução do sistema educativo nos últimos anos no país.

3.1.1 Abordagem Sociológica das Políticas Públicas e Educativas

A segunda metade do século XIX, na Europa corresponde a industrialização, a transformação caracterizada na modernização que veio a se desenvolver com o passar dos tempos (Sebastião, 2009). Neste mesmo período deu-se o aparecimento e desenvolvimento da sociologia, que terá contribuído para que os pioneiros da sociologia que tenham dado pouca contribuição ao desenvolvimento dos sistemas educativos. Assim reforça Resende (2008: 115), que quando os sociólogos falam da escola apontam-na como instituições mais importantes da época histórica que começa a desenhar-se no Ocidente, a partir das grandes revoluções ocorridas na segunda metade do século XVIII.

Embora com a preocupação de elaboração de teorias de explicativas do funcionamento da sociedade, as políticas neoliberais têm mudado o sistema educativo (Paraskeva, 2006). Há tempos atrás, a educação era essencialmente uma questão local com escolas secundária que preparavam alunos para a universidade ou empregos especializados.

Num contexto em que vivemos atualmente como os da crise, caracteriza-se o debate sobre o papel do ensino e da formação, acaba sempre por desembocar na relação ou não, necessária entre o meio académico e o meio empresarial (Saúde et al, 2014). Para a população,

a educação era o principal veículo de mobilidade social, principalmente porque tornava possível a aquisição de empregos bem pago nos sectores mais moderno (Afonso, 2002).

Mas por outro lado, a indignação de alguns como Resende (2008), o fato de a escola não dar uma formação adequada com vista a inserção no mercado de trabalho, justifica o facto de uma subida de número de pessoas desempregados com nível de escolaridade alta, isso deve-se a inadequação do nível de formação escolar ao mercado de trabalho. Ainda ressalta o autor dizendo que, o fato de a escola ser reconhecida hoje por muitos, ainda há uma menor qualidade de ensino face as exigências escolares à época em que desempenhavam o papel do aluno.

A importância é tão maior quando mais decisivo é o trabalho qualificador exercido pela escola e pelo trabalho docente. De acordo com Matos (2012; 242), a abordagem sociológica do conceito da cultura de escola, por seu lado valoriza os aspetos funcionais como:

- As condições formais da escola, (localização, estrutura formal e social).
- Formação sentimentos (relações emotivas, interação e cooperação, consciência coletiva, clima social).
- Atividades extraescolares (festas, visitas de estudo).

O autor considera cultura de escola, um conjunto de hábitos, rituais, símbolos, histórias, linguagens próprias de cada escola, ou uma forma mais simples a cultura características de uma escola particular. E associa-se ao nível mais profundo de suposições básicas, que são compartilhados pelos seus membros, opera sobretudo de forma inconsciente e define de uma forma básica, tácita e natural, para a comunidade a visão da escola sobre si mesma e sobre o seu meio envolvente (Matos, 2012: 245).

A educação constitui uma dimensão fundamental para a análise sociológica, (Fabiana, 2016), pois sendo a educação um fator social coletivamente produzido, ultrapassa as escolhas e preferências pessoais, agindo na contenção das diferenças, pois, ela tem a função primordial de estar acima dos interesses individuais prezando pela segurança da sociedade. Não obstante, em períodos conturbados e de crises da mudança tanto na vida social como na teoria sociológica, a sociologia da educação deve tornar-se mais reflexiva e reconsiderar o seu ponto básico de partida, a teoria da sociedade dentro da qual se esforça por analisar as atividades educativas (Morrow, et al Torres, 1997).

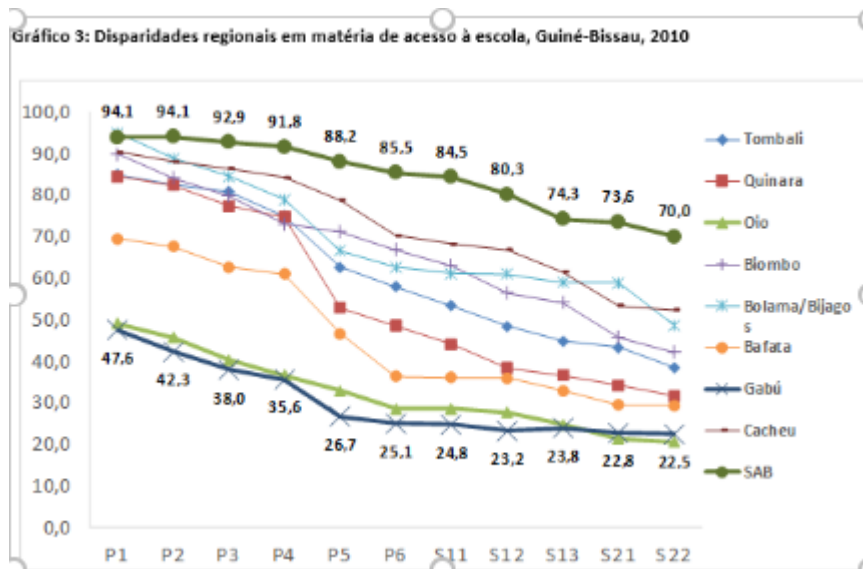
Se continuamos a perseguir o propósito da educação podemos constatar que este assunto deve ser o problema do Estado, e este deve exercer o seu controlo sobre ele, mesmo quando a escola não está diretamente sob suas responsabilidades, o Estado deve estar atento ao que se passa dentro do seu interior uma vez que lhe compete assegurar essa unidade que corresponde ao interesse público.

3.1.2 Sistema Educativo Guineense

A problemática da reprodução social e cultural continua a ser centro da sociologia da escola, num processo de contínua revisão nos programas de investigação, as teorias da reprodução cultural incorporam os conceitos da ação e de resistência, assim como alargaram a noção de dominação de forma a incluir formas de exclusão não baseadas na pertença de classe (raça e género).

O recente relatório de PNUD (2022), revela que apesar da estrutura, o setor educativo é considerado muito atrasado pois um terço das crianças entre os 6 aos 11 anos de idade nunca frequentaram a escola, as taxas de matrícula líquida no ensino primário são dificultadas por fatores como as elevadas taxas de repetição que se situam em média entre 10% a 20% no ensino primário e secundário. Ainda foram apontados que a grande parte da força de trabalho de ensino carece dos conhecimentos necessários e da compreensão adequada dos materiais abrangidos pelo currículo nacional, enquanto muitas escolas carecem de materiais de aprendizagem adequados para os estudantes. Sem deixar de lado as constantes greves dos professores que tem impactado negativamente o percurso escolar da população.

Uma das dificuldades constatadas pelo RESEN (2015), são as desigualdades no sistema do ensino guineense, onde os alunos das escolas privadas aprendem melhor do que os alunos das escolas públicas. Os atores educativos concordam com esta classificação e apontam que este fato está nas exigências da gestão, acompanhamento e monitorização das aprendizagens que são mais estritas nas escolas privadas do que nas públicas. No gráfico seguinte extraído do RESEN, (2015), podemos observar também as disparidades regionais em acesso a escola, sendo nas regiões de Cacheu, Gabú, Quinara e Tombali os alunos encontram mais dificuldades nas disciplinas de Português e Matemática.



Fonte: Relatório da Situação do Sistema Educativo, 2015; 11.

Segundo o PSE (2017), aponta que, apesar do aumento da procura nos ciclos do ensino básico ter aumentado, as desistências dos jovens antes de concluir o ensino secundário continuam elevadas. Além do fraco desempenho, o sistema de ensino conta com outro problema muito grave que é a ausência do plano curricular uniformizado que deveria servir de referência e modelo base para a monitorização das ações de desenvolvimento do ensino. Como consequência da ausência do plano curricular, no 2º ciclo, cada escola/liceu funciona de acordo com o seu próprio programa de ensino e os seus próprios manuais escolares o que torna difícil organizar formação dos professores, uma vez que não existe uma diretiva clara daquilo que deverão ensinar depois da formação. Mas essa situação ainda piora, e como consequência nem todos os professores têm formação para exercer a sua profissão. Neste contexto, avaliar nível de aproveitamento do aluno é difícil, razão pelo qual cada escola é responsável pela avaliação e certificação dos seus alunos.

Os atores como Veloso e Abrantes, (2013) fundamentaram que o desempenho escolar é avaliado recorrendo unicamente a medidas de resultados da sua produção como; classificações dos exames, taxas de progressão e taxas de conclusão ou de abandono, no entanto uma abordagem de valor acrescentado para avaliar o desempenho de uma escola é uma alternativa mais apropriados, ainda que mais difícil de implementar. Nesta abordagem o desempenho das escolas é avaliado para além dos resultados do seu output, mas também tendo em consideração as variáveis do input (Veloso e Abrantes, 2013).

A escola constitui um lugar onde se ensina um conhecimento, onde o real é abstrato e interpretado conforme os principais cânones que reproduzem a sociedade Iturra (1990). Para

Dauster, et al, (2012), a compreensão do contexto escolar parte da premissa de que a escola por se inserir na sociedade mais ampla, é um espaço social de reprodução e produção da ideologia e de relação de dominação marcadas por conflitos, resistências e reações.

As teorias críticas de Graff, (1994), afirmam que a escolarização através da alfabetização era útil ao treinamento eficiente da população para a ordem social. Mas, a sua aquisição representa supostamente um símbolo de progresso no treinamento moral e social através do sistema educativo envolvendo todas as crianças da comunidade.

3.1.3 Política de educação e formação

O elevado nível de analfabetismo no país, acentua-se mais no ensino básico segundo análise do (PNE, 2003), o acesso ao estabelecimento de ensino pelas crianças de zonas mais periféricas era um privilégio, pois são zonas de mais difícil acesso a escola. O sistema educativo está a deparar com série de problemas de infraestrutura que comprometem grandemente o acesso, a qualidade da oferta e equidade em vários níveis e gestão da educação. Como consequência, falar da crise educativa permanente gera redundância.

Para uma abordagem mais clara e profunda sobre esta matéria, torna-se necessário analisar a estrutura do sistema educativo do país que sofreu reforma no ano 2010/11. Esta reforma veio a subdividir o sistema em 6 subsectores: Ensino pré-escolar; Ensino Básico; Ensino Secundário, Formação Técnico e Profissional; Ensino Superior e a Alfabetização.

Sendo que no ensino pré-escolar é destinada as crianças a partir dos 3 aos 5 anos de idade, uma vez não obrigatória este ciclo é proporcionado em jardins de infância ou infantário/creche que na sua maioria são iniciativas comunitárias, privadas ou pertencem a uma entidade religiosa. O ensino básico, destina-se as crianças dos 6 aos 14 anos. Com duração de 9 anos, este ciclo corresponde de 1º à 9º ano de escolaridade composto por três subciclos:

- **EB1**= corresponde 1º ao 4º ano de escolaridade e abrange crianças de 6 aos 9 anos de idade, e conta com o conteúdo comum para todos os alunos.
- **EB2**= vai do 5º ao 6º ano de escolaridade, este ciclo atinge crianças dos 10 aos 11 anos de idade, com uma duração de 2 anos. Os conteúdos ensinados nesse ciclo distinguem-se do ciclo precedente pela introdução de especialização, a partir do 5º ano os alunos beneficiam de um reforço dos conteúdos ensinados quer nas disciplinas literária quer nas disciplinas científicas.
- **EB3**= este ciclo corresponde dos 7º aos 9º ano e abrange crianças de 12 aos 14 anos de idade, corresponde aquilo que muitas vezes chamamos de ensino médio ou secundário.

Assim sendo, o 1º e 2º ciclo de ensino básico são gratuitas e obrigatórias. Para os jovens de 15 aos 17 anos, destina-se o ensino secundário com duração de três anos e corresponde às

classes de 10º e 12º ano de escolaridade e é fornecido nos liceus. Já para a formação técnico e profissional assume duas formas distintas.

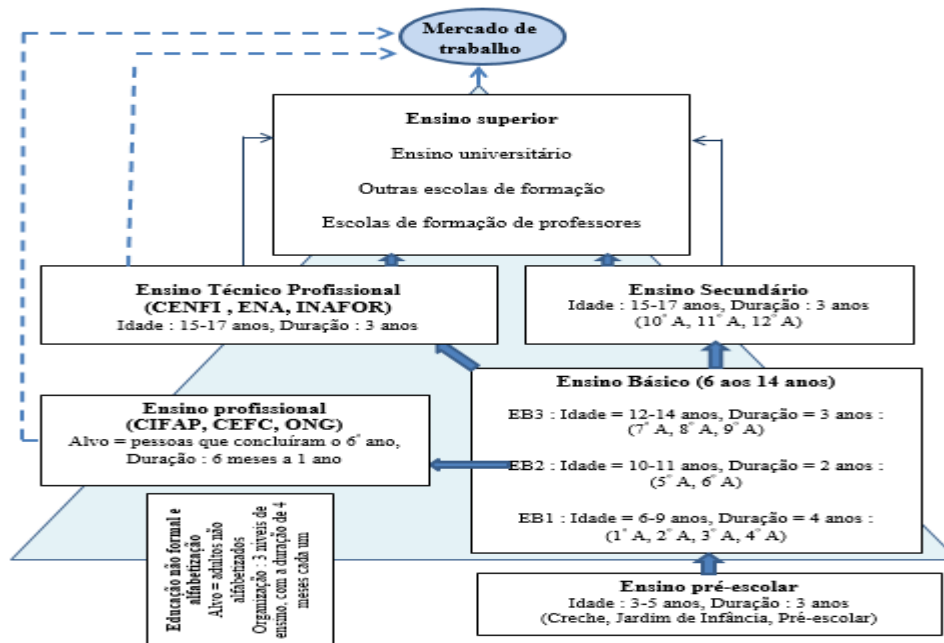
A 3ª formação de inserção profissional que está aberto aos alunos que concluíram o EB2, esta formação é dada no CIFAP com o objetivo de facilitar a entrada dos aprendizes no mercado de trabalho e conta com duração de 6 meses a 1 ano. Já o ensino técnico-profissional que se destina aos jovens que finalizaram o EB3, fornecida pela CENFA o atual ENA, este ensino tem duração de três anos e confere um grau académico.

Ainda temos o ensino superior que se divide em duas vertentes, sendo que a primeira vertente é universitária que conduz a obtenção do diploma académico e a outra vertente não universitária que atribui um diploma profissional.

A alfabetização faz parte da educação não formal e abrange os adultos, esta formação é composta por 3 níveis de ensino que dura 2 meses cada nível, estes cursos de alfabetização de adultos são geridos pelos centros comunitários ou pelas OGNs local.

Na imagem que se segue, mostra a estruturação do sistema educativo que foi reorganizado no ano letivo 2010/11, apesar da não execução na sua totalidade essa reestruturação foi a última atualização no sistema nacional do ensino. Imagem tirada do relatório do MEN (situação do sistema educativo, 2015).

Gráfico 2.1: Estrutura do sistema educativo da Guiné-Bissau



Fonte: Elaborado pelos autores após entrevistas com as autoridades do Ministério da Educação

Fonte: Relatório da Situação do Sistema Educativo, 2015; 20.

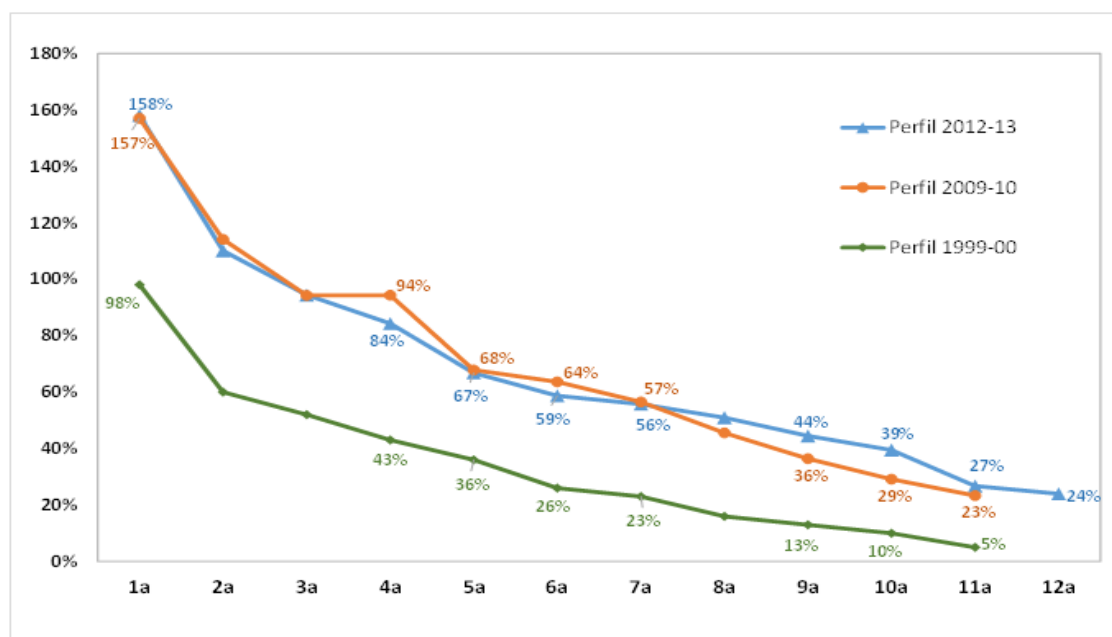
³ As informações que constam neste capítulo foram retiradas do relatório da situação do sistema educativo para a reconstrução da escola na guiné-bissau sobre novas bases, pag.19 e 29, sendo o relatório mais recente dos trabalhos realizados e da reforma do ministério da educação no setor de ensino. Realizado em 2014 e publicado em 2015, e contou com apoio da UNESCO, UNICEF, PARTENARIAT MONDIAL pour L'EDUCATION, institut international de planification de l'education e Pôle de Dakar.

Para Perrenoud, (2004), os sistemas educacionais que funcionam por programas anuais apresentam diversas variantes citados abaixo:

- Certos professores passam vários anos do programa mantendo a mesma turma;
- Outros frequentemente nas zonas rurais, atendem vários programas anuais paralelamente. Ex: em certos casos um professor assume um grupo de alunos da mesma idade, cuja progressão ele acompanha durante toda a duração do ciclo (não importa o ciclo), depois da conclusão desse ciclo o professor volta e recomeça com um novo ciclo de aluno. Em outros casos os alunos de diferentes faixas etárias, que não entraram no ciclo ao mesmo tempo, são acolhidos e acompanhados a fim de se integrar no novo ano escolar num outro grupo renovando assim os grupos por metade.

De recordar que esse método já foi usado pelo sistema de ensino guineense e continua a ser usado pelas escolas privadas do país.

Gráfico 2.3 : Perfil de escolarização transversal



Fonte : Cálculo dos autores a partir de dados demográficos e de estatísticas escolares

Fonte: Relatório da Situação do Sistema Educativo, 2015; 28.

Se observamos com atenção o gráfico acima podemos constatar que no ano letivo 2012/13, teve um aumento de 158% de admissão bruta das crianças no 1º ano da primária, o fato desse número ser superior a 100% deve-se a existência de crianças com diferentes faixas etárias numa classe que deveria ser apenas para crianças de 6 anos de idade. O problema da verificação desse fato está sobretudo na entrada tardia das crianças na escola, e esse problema se transmite aos diferentes níveis posterior do ensino.

3.1.4 A evolução do sistema educativo nos últimos anos

Numa altura em que as questões relacionadas com a crise económica e financeira, tanto a nível nacional como global são constantes, torna-se questionável a consequência e o papel que tem vindo a ser desempenhado pelo governo no que concerne ao desenvolvimento do ensino. Como refere o líder Mandela “a educação é um pilar fundamental do desenvolvimento” por outra palavras é a arma mais perigosa que podemos utilizar para mudar o mundo.

No solo guineense, o sistema de ensino permanece precário e desajustado das necessidades da população, as fraquezas institucionais da educação, relacionados com a descontinuidades das políticas educativas fruto de frequentes mudanças que se foram verificando no seio do MEN, desde a independência do país, o que comprova a dificuldade de organização presente no campo educativo (Fara, 2013). A crise da escola num país com uma especificidade semiperiférica, tem o efeito de trazer para o mesmo espaço e o mesmo tempo, lutas sociais que em países ocorreram separadamente, assim o sistema educativo reflete os efeitos contraditório e a sua posição com o desenrolar do tempo (Stoer e Araújo, 1992).

Mas os fundamentos do Pinto (1995), mostram que a seleção escolar é um fenómeno complexo que pode tomar formas diversas conforme as situações, consideradas e que não podem ser explicadas recorrendo a um único fator, na verdade só a referência à história pessoal, social e escolar de cada indivíduo, como os constrangimentos da situação em que se encontra, podem ajudar a perceber as múltiplas decisões que condicionam a situação de sobrevivência ou não no sistema de ensino em certas etapas de escolarização.

Segundo o RESEN (2015), todos os intervenientes no S.E. estão de certa forma de acordo na tipologia dos riscos de crise que pesam sobre o país e de uma forma particular no S.E. O consenso é menos claro quando chegamos ao impacto reais na escolarização, pois, estes nunca foram medidos, por isso são desconhecidos. Provavelmente por sua crise política e institucional nas mais altas instâncias do Estado, as instituições escolares públicas do país, ao nível local são apenas fracamente pilotados.

De acordo com os fundamentos de (Fara, 2013), mostra que para além disso a organização administrativa do MEN, é extremamente burocrática constituída por unidades justapostas com funções imbricadas e que não são motivadas por um projeto comum, e sem contar com a fraca percentagem orçamental destinada a educação.

À semelhança dos outros países em desenvolvimento, a Guiné-Bissau comprometeu-se assegurar para todas as crianças uma educação de qualidade, e este compromisso foi retomada na lei de base do sistema educativo, e fez da educação um direito. Com isso, se observamos a

taxa bruta de escolarização, podemos constatar que de 2000 a 2012, a taxa de pré-escola aumentou significativamente.

Quadro 2.3 : Taxa bruta de escolarização ou número de estudantes por 100 000 habitantes

Nível de ensino	1997-98	1999-00	2004-05	2005-06	2009-10	2010-11	2012-13
Pré-escolar	0%	4%	6%	9%	7%	7%	13%
EB1	77%	91%	139%	144%	142%	136%	143%
EB2	32%	45%	61%	69%	73%	73%	76%
EB3	15%	25%	40%	41%	55%	55%	61%
EB1+EB2	63%	77%	114%	120%	120%	116%	122%
EB1 + EB2 + EB3	48%	61%	91%	96%	100%	97%	103%
ES	6%	10%	21%	21%	28%	23%	33%
EB3+ES	12%	20%	32%	34%	44%	40%	47%
ETFP (por 100000 hbts)	0	0	52	69	55	0	56
Superior (por 100000 hbts)	0	0	224	325	453	0	628

Fonte : Cálculo dos autores a partir dos anuários das estatísticas escolares e dos dados da população publicados pelas nações unidas, edição 2012.

Fonte: Relatório da Situação do Sistema Educativo, 2015: 26.

De acordo com os dados expostos no quadro do RESEN, 2015, entre 2000 e 2010, foram registados progressos substanciais em matéria da escolarização e observa-se desde 2010 uma certa estagnação.

O PSE mostra que esforços foram realizados para aumentar a escolarização das crianças no ensino pré-escolar, assim a TBE passou de 7% em 2010 para 13% em 2013, tendo o setor privado acolhido quase a metade dos alunos escolarizados. Mas o problema com o pré-escolar continua sobretudo nas regiões, porque essas localidades não têm a oportunidade de aceder a este nível de ensino, tanto o setor público como privado têm dificuldade em desenvolvê-lo e a ação comunitária se instalam nessas regiões são insuficientes não têm boas condições para oferecer as crianças dessas localidades. A gestão e a monitorização do sector da educação caracterizam-se por um lado, por uma insuficiência de recursos e, por outro lado, por grandes desigualdades na sua repartição.

CAPÍTULO II

4.1 FATORES QUE CONDICIONAM O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

O objetivo deste capítulo é de mostrar os principais fatores que condicionam o desenvolvimento do ensino no país, os fatores que mais explicam a variação no desempenho escolar. Uma investigação acerca dos fatores que estão envolvidos no desempenho escolar prestou uma grande atenção em alguns fatores essenciais como: Fator político, fator econômico, fator social e cultural. Devido a precariedade dos sistemas educativo do país, esses fatores foram acompanhados de alguns problemas sociais como: as desigualdades sociais nos trajetos escolares, a interferência da cultura e religião no desenvolvimento do ensino bem como a participação da família na escolaridade dos seus educandos.

- **Fator político** - desde sua independência conquistado após uma longa luta armada para a libertação, o poder executivo do País tem sido caracterizado por instabilidade política quase permanente. Nos últimos 40 anos, o poder político sofreu diversas mudanças e na sua maioria de forma consensual, o que representa em média de 2,5 e em alguns períodos particularmente curto. Como consequência dessas mudanças frequentes de equipas de trabalho (responsáveis departamentais e governamentais), e o MEN não fugiu a essas mudanças. No meio dessa instabilidade política e institucional fragilizado, a administração pública sobretudo no domínio da gestão económica e financeira que o país enfrenta o sistema educativo não foi poupado, a impossibilidade de funcionamento normal em certos momentos traduziu-se no que diz respeito ao atraso salarial significativo e longos períodos de greve.
- **Fator económico** - de uns anos para cá o desempenho económico do país te sido baixo e irregular, a dependência do setor agrícola, principalmente da cultura de castanha de caju que é um setor central que representa dois terços do PIB, PSE, (2015) com as instabilidades políticas afetando as atividades económicas, o Estado tem dificuldade em mobilizar recursos próprios para o seu funcionamento. Foi revisto em alta (5% até 2019 e 6% entre 2020 e 2025), previsão utilizada no quadro da elaboração do documento *Terra Ranka*, no que diz respeito a repartição intersectorial do OE, as atribuições não são favoráveis ao setor educativo. As montantes atribuídas a educação é insuficiente face as ambições de assegurar todas as crianças de 6-14 anos, um ensino básico de qualidade.
- **Fator social e cultural** - segundo o PSE (2015) cerca de 60% da população vive no meio rural, apesar de existência de vários grupos étnicos 5 deles representam cerca de 82% da população Guineense (Fula, Balanta, Manjaca, Papel e Mandinga). O crioulo é considerado a língua nacional e o meio de comunicação entre as pessoas, o português é

considerado a língua oficial e é pouco falado no país. A população guineense enfrenta dificuldades no acesso aos serviços e infraestruturas sociais de base. As crianças e mulheres encontram-se numa situação de saúde e de nutrição bastante precária com altas taxas de mortalidade de forma generalizada, são imputáveis a precariedade económica e política que o país tem atravessado, a persistência de indicadores sociais desfavoráveis nomeadamente a esperança de vida muito baixa (50,1 anos) explica o motivo pelo qual o relatório sobre o desenvolvimento humano de 2012 coloca o país no 176º lugar entre 187 países.

4.1.1 As desigualdades sociais nas trajetórias escolares

A centralização contemporânea além de razoavelmente inútil, se vem transformando num obstáculo ao desenvolvimento educativo e num prejuízo social, ela só satisfaz os interesses e necessidades de um grupo restrito (Barreto, 1996).

A escola reproduz as desigualdades sociais por ser mais favorável aos alunos social e culturalmente privilegiados, de acordo com RESEN (2015). A linha diretriz para análise das desigualdades na Guiné-Bissau, baseia-se no fato de que, por um lado, devido à escolarização as crianças do país consomem os recursos públicos, e por outro lado, as crianças que não têm acesso a escola não beneficiam de nenhum dos recursos destinados ao sistema educativo. Neste sentido duas dimensões complementares são analisadas: dimensão estrutural e dimensão da seletividade social.

Dimensão estrutural: nesta dimensão é importante verificar que a distribuição da escolarização nos diferentes níveis educativos associado, aos custos unitários variáveis registados para cada um destes níveis podem criar um quadro mais ou menos desigual, o que constitui em si mesmo uma dimensão importante da equidade num sistema educativo nacional.

Dimensão da seletividade social: esta dimensão encara as seletividades social das estruturas na qual as disparidades entre grupos, (sexo, área de residência ou rendimento) na apropriação dos recursos públicos colocados a disposição do setor, podendo então alguns grupos obter mais rendimento do que a sua representação numérica no país.

A educação é genericamente considerada uma instituição central no processo de integração das famílias, este processo é um desafio para o sistema educativo. O acesso a escola é um direito universal, e todas as crianças têm acesso a mesma independentemente do seu estatuto social (Carmo et al, 2018). Mas o autor ainda continuou dizendo que, as condições geográficas e socioeconômicas, constituem uma desigualdade socio espacial em que a distribuição desigual das oportunidades educacionais está associado a uma segmentação socio espacial das famílias.

O que está em causa é a distribuição dos recursos no território, interrogando se viver ou nascer numa região onde o estado tem uma estrutura, permite beneficiar de mais recursos em educação, de modo geral, as desigualdades observadas no sistema educativo da guineense, são muito mais intensas nas dimensões género, zona de residência e riqueza do agregado. Embora estas constatações não permitem dar conta do papel específico de mecanismos em ação na produção das desigualdades sociais.

4.1.2 O papel dos atores educativos

A compreensão das complexidades dos problemas e conflitos que se escondem por trás de uma aparência de normalidade do panorama educativo, parece ser realmente uma etapa importante a percorrer na formação dos atores educativos (Esteves, et al, 1992).

A observação do PNA, (2003) mostra que a implicação das comunidades locais e do setor privado, os autofinanciamentos das instituições escolares são necessários para compensar as insuficiências dos recursos afetados a educação. Ainda se pode constatar que parte das despesas de capital é comparticipada pelos pais e pelas coletividades locais, na construção de escolas e improvisação de espaços que servem de cantinas escolares aprovisionado pelo PAM. Para Macedo (2000), a emergência de novos valores sociais nomeadamente a autonomia das instituições, organização e a participação comunitária que informam e obrigam a uma redefinição do conceito da escola e a colocam num quadro de articulação com outros atores. Por outro lado, o sistema conta com a participação dos parceiros que intervém no desenvolvimento desse setor, neste caso ONGs, que se concentra sobretudo no E.B. não obstante os esforços despendidos, estes continuam insuficientes face aos objetivos e necessidades.

Como confere no PNA (2003) a prioridade na reabilitação das infraestruturas do ensino básico destruídos pela guerra e a regularização dos salários em atraso dos professores, o governo elaborou em Maio de 2000 a “Declaração da Política Educativa”, esta declaração é coerente com a disposição constantes no DENARP divulgado no Setembro do mesmo ano que também fixa um quadro de ação prioritário na perspetiva de reabilitação do ensino básico pós-guerra.

A evolução dos modelos de participação dos atores escolares implica políticas de administração escolar que promovem condições para uma participação prudente e equilibrado dos interesses no setor educativo. As abordagens cognitivas consideram que as políticas públicas são determinadas por crenças comuns dos atores públicos e privados que definem a maneira como esses mesmos atores encaram os problemas sociais e concebem as respostas adaptadas a qual (Pires, 2012).

De modo geral a educação na Guiné-Bissau, é financiado e assegurado pelo Estado, porém, com uma pequena participação das famílias. O Estado consagra à educação recursos extremamente baixos para lhe permitir manter um sistema educativo de qualidade e fazer face ao aumento atual dos efetivos escolares. Nas escolas privadas as famílias suportam os custos de formação através do pagamento das propinas, cotizações a favor das associações de pais e encarregados de educação e nas compras dos manuais escolares.

4.1.3 Família como parte integrante no desenvolvimento do ensino

As sociedades caracterizam-se por constantes mudanças e transformações, a família enquanto grupo, enquanto instituição e enquanto sistema, tem sido fortemente abalado, constituído por natureza um alvo e um dos meios onde, mais se fazem sentir os efeitos da natureza social (Covas, 2006). As famílias orientam a sua ação educativa em torno de uma ideia central.

Sociólogas como Almeida et Vieira, (2006), afirmam que a família molda e condiciona muito fortemente também o sucesso escolar, o estilo educativo prevalecente numa família ou pelo menos dominante em certa fase do seu tempo familiar, articula finalidades e objetivos que pressupõem certas expectativas dos pais sobre a personalidade e o futuro lugar social dos seus educandos. Para Silva, (2007), a relação escola-família é uma realidade existente em todas as escolas, ainda que a sua efetividade em termos de envolvimento ou colaboração só se verifica numa pequena percentagem das mesmas.

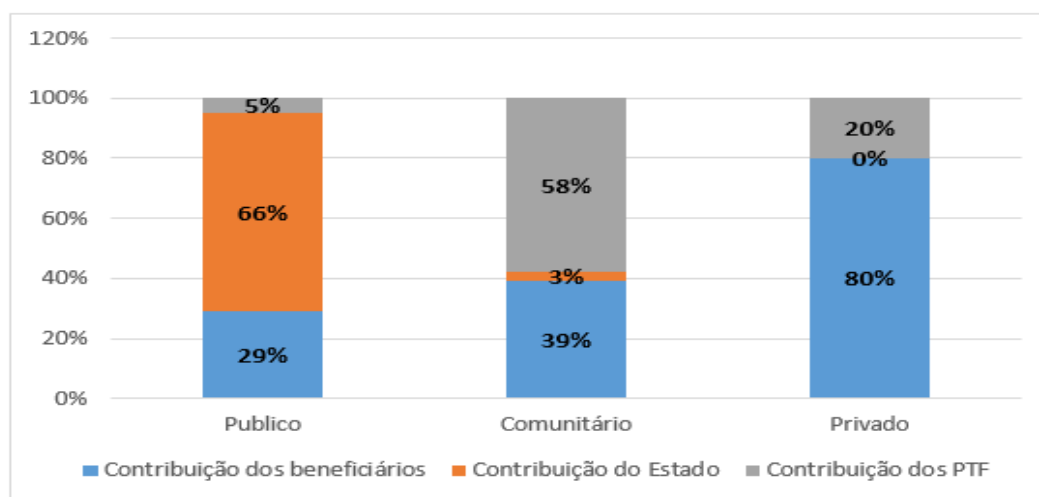
Em 2013, as despesas médias das famílias na Guiné-Bissau por crianças escolarizada era de 23,504 CFA, o equivalente a 36,01€. As despesas das famílias para a educação, são mais importantes (caro) para as crianças escolarizadas no ensino privado, seja qual for o nível de ensino. Pode-se observar que as despesas mais baixas das famílias no 1º e 2º ciclo do ensino básico, pois elas correspondem as crianças escolarizadas nas estruturas comunitária e nas madrassas que maioritariamente são subsidiadas pelas ONGs (RESEN, 2015).

O impacto da desigualdade sociofamiliar na consistência e na qualidade de carreira escolar do indivíduo, é também captado se adotamos agora não a perspetiva do resultado produzido e a do sistema de lugares sociais, mas sim a perspetiva do processo em construção e dos atores (Almeida et Vieira, 2006). Por outro lado, o (RESEN, 20015) nos permite observar que a intervenção financeira das famílias para a educação, são em média mais importante (caro) nas zonas urbanas do que nas zonas rurais, e que as famílias que pertencem a classes social mais elevados, gastam mais do que aqueles que pertencem a classes menos favorecido.

No que refere precisamente a intervenientes no financiamento dos serviços de ensino podemos constatar no gráfico seguinte que o Estado da Guiné-Bissau, assegura financeiramente

na sua maioria as estruturas pré-escolar públicas, e relativamente as escolas comunitárias o Estado entra com apenas 3% dos recursos, já nas privadas a participação do Estado é nulo. O ensino é assegurado quase na sua totalidade pelos beneficiários nesse caso pais e encarregados de educação, e conta apenas com uma pequena participação de apoios comunitário (ONGs).

Gráfico 9 : Fontes de financiamento do pré-escolar segundo o tipo de oferta, 2014



Fonte: Estimativas a partir do inquérito específico a 32 estruturas pré-escolares em 2014

Fonte: Relatório da Situação do Sistema Educativo, 2015; 148.

Para o sociólogo Abrantes, (2010), o insucesso dos investimentos realizados nos programas de natureza compensatória direcionado para a igualdade de oportunidades escolares das massas, é, deste modo posto em evidência, conduzindo a redefinição das prioridades que se centrarão na formação de elites. A preocupação com as desigualdades sociais face à escola encontra-se de forma embrionária, associado ao desenvolvimento dos sistemas educativos que emergem na transição para a modernidade.

Mas, para Fontaine, (2000), a intervenção da família no desenvolvimento do ensino vai muito além dos meios económicos, para a psicóloga, o relacionamento emocional dos pais para com os seus educandos estabelecido através do diálogo, conta como parte fundamental para o sucesso escolar do aluno. A mesma referiu que os grupos sociais favorecidas nem sempre economicamente, exercem a sua ação educativa através do diálogo e procuram criar um quadro de relacionamento harmonioso e encaram os estímulos e elogios como fatores importantes para o desenvolvimento e autoconfiança dos seus educandos.

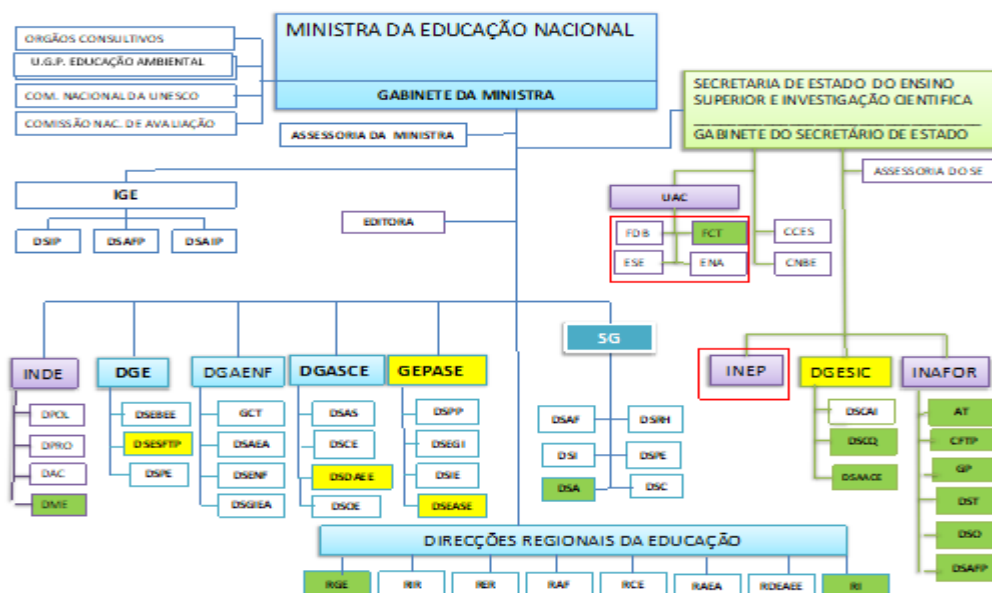
A escola é vivida por algumas famílias como uma aliada, uma força que completa a sua ação educativa. As famílias estão frequentemente conscientes das despesas, limitadas, mas

frequentes, algumas escolas oferecem seguros fortemente subsidiadas no domínio de doenças e acidentes, garantindo assim os cuidados dentro da escola.

CAPÍTULO III

5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO NA GUINÉ-BISSAU: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Os dados que constam na primeira parte deste capítulo, foram recolhidos dos estudos já feitos que mostra a evolução do ensino no país nos últimos tempos desde a sua implementação até os dias atuais e a segunda parte deste capítulo são as análises das entrevistas com as personalidades ligados ao sistema do ensino na Guiné-Bissau. O ensino no país é assegurado pelo Ministério, ele é o órgão responsável pela matéria do ensino a nível nacional. Para o efeito de melhor perceção da matéria segue a estrutura orgânica do MEN.



Fonte: Plano Sectorial da Educação, (2017-2025) .

O MEN, tem uma autonomia funcional muito reduzida em matéria de atividades e de produtos, e em matéria de administração e gestão do seu pessoal, o Ministério não controla o recrutamento do seu quadro e nem do seu estatuto, esse processo é gerido pelo Ministério da Função Pública e a remuneração fica na responsabilidade do Ministério das Finanças. Nenhuma função de antecipação está sedeadada no ministério, (reflexão sobre a evolução dos estatutos ou das especialidades ou sobre modos de gestão). O Ministério reduz-se na preparação do dossier administrativo para o concurso de recrutamento e a gestão das colocações e a transmissão dos dossiers para a Função Pública. A crise da representação que conhecemos hoje não remete apenas para o mau funcionamento do sistema político. Mas também deriva do facto de a sociedade surgir como mais indecifrável, tanto para aquele que é um ator dentro dela como para aquele que sobre ela queira intervir (Fitoussi e Rosanvallon, 1997).

Segundo o RESEN (2015), o MEN está organizado por várias estruturas de natureza diferente: conceção, operação e supervisão. A nível da conceção, existe o GEPASE, o órgão que se ocupa da informação, da planificação e de avaliação do sistema educativo. No que refere ao nível das operações educativas, esse nível alberga as três direções gerais do ensino (ensino básico, ensino secundário e ensino superior), a alfabetização e a educação não formal também são abrangidos neste nível bem como a direção dos recursos humanos e as direções dos assuntos administrativos e financeiro. Por último a IGE que responsabiliza pela supervisão e controlo dos trabalhos desenvolvidos pelos diferentes níveis.

Para a gestão do sistema no país, o sistema educativo está dividido em nove direções regionais que correspondem a divisão administrativa do país, a estas divisões estão acrescentadas mais duas sub-regiões educativas (Ingoré e Ilha de Bubaque).

5.1.1 A construção do sistema educativo na Guiné-Bissau

5.1.2 Educação e colonialismo

A diversidade da cultura que deu contorno aos contatos intercultural nas regiões periféricas, originou oposições nas formas de pensar e estabeleceu relações marcadas pela colaboração e tensão no final do SEC. XVIII. Para Pereira (2003), a ação dos portugueses durante pouco mais de três séculos resumia-se a atividades comerciais que as feitorias e entrepostos comerciais estrategicamente estabelecidos no litoral efetuavam com particular destaque para o tráfico de escravos em troca de bugigangas e produtos de quinquilharia que os africanos recebiam em contrapartida desse comércio costeiro.

O boletim anticolonial de 1975 (edição afrontamento), mostra que, para os administradores coloniais a liquidação da cultura e educação colonialista e imperialista, reforma do ensino em vigor na época, bem como o combate vigorosa e rápida contra o analfabetismo em todo o país seria da competência do Estado, e o Estado ficaria com a orientação direta da mesma. Mas para os chefes do partido único na altura (PAIGC), o desenvolvimento da educação era um dos objetivos prioritários no programa de construção sob o regime colonialista. Nessa época cerca de 99% da população era analfabeta e muito poucos africanos tinham acesso a educação para além da instrução primária. Em todo o território nacional só havia 14 africanos licenciados por uma Universidade.

Apesar de atribuir a responsabilidade de acesso a educação ao regime colonial, o PAIGC tinha o propósito de estabelecer nas zonas libertadas educação livre e obrigatórias a nível do ensino primário e um programa para aprendizagem técnica e profissional. E para além da luta de libertação foi posto em marcha uma intensa campanha cultural onde todos podiam participar mesmo os que não sabiam ler nem escrever. Ainda com os esforços desenvolvidos pelo governo

da (Província da Guiné) atual Guiné-Bissau, no sentido de mais ampla escolarização e embora notório as consequências desse esforço a Guiné-Bissau hoje encontra-se fracamente reconfortado quando analisados a luz do progresso e sem se esquecer dos abaixo da meta desejada.

O certo é que no fim da vigência da I República, o panorama da situação da educação dos africanos das colônias Portuguesas só podia ser traduzido através de um quadro no geral sombrio, a comissão de educação africana na época chamava atenção para a hostilidade das missões protestantes, a prática de excluir as línguas nativas das escolas, a falta de compreensão e apatia dos governantes províncias, a falta de encorajamento à formação dos professores africanos, podemos concluir que o estado do ensino nos territórios colonias Portuguesa não oferecia nenhuma base que permitisse esperar algum melhoramento essencial.

Numa conversa com um técnico superior do Ministério da Educação Nacional Jailson Cuino, sobre a educação durante a colonização, o mesmo relatou por meio de alguns artigos da sua autoria ainda não publicado, mas, que tive autorização para utilizar, podemos perceber que durante a luta pela independência nacional, dados sobre a escolarização na Guiné Portuguesa descritos pelos investigadores Portugueses, dizem claramente que não havia de facto da parte do Estado Português alguma intenção de tirar o povo do obscurantismo. Apesar de tantos anos de colonização, num horizonte de 510 mil habitantes dados anual estatístico de ultramar 504 mil eram analfabetos o que mostra que a taxa de analfabetismo era de 98,8%.

5.2 Atores públicos, sociedade civil e educação

O estado do ensino guineense nos dias atuais tem sido objeto de constante debate para aqueles que dirigem, como para aqueles que são dirigidos. Dada a importância do assunto ela acabaria por ocupar o lugar de destaque e preocupação na sociedade, que também é demonstrado no ambiente acadêmico que acaba por influenciar este trabalho.

Nesta parte do trabalho far-se-á uma discussão dos dados recolhidos nas entrevistas realizado com nove (09) personalidades da sociedade guineense, entre quais: ministro, secretário de Estado do Ensino, sindicalistas, professores e ativistas, que de forma direta trabalharam no desenvolvimento do setor educativo. O Ministério da Educação Nacional é o órgão central responsável pelo desenvolvimento do ensino a nível nacional. Para a realização do trabalho foi elaborado um questionário que foi aplicado aos personalidades ligados ao ensino e o mesmo foi respondido prontamente.

5.2.1 Fatores que condicionam o desenvolvimento educativo na Guiné-Bissau

Sendo assim a primeira pergunta colocado aos entrevistados foi “que fatores são condicionantes para o desenvolvimento educativo na Guiné-Bissau?”

Começamos a nossa explanação com a entrevista ao sociólogo, investigador e ex. Ministro da Educação Nacional, sobre os fatores que condicionam o desenvolvimento de ensino no país, na sua fala o ex. dirigente afirma que existem vários fatores que podem condicionar o desenvolvimento educativo, uma delas é o seguinte:

Desde a década de 80 a 90 o Estado foi-se degradando embora a educação continuasse a ser prioridade nas narrativas políticas, mas na prática essa narrativa foi perdendo a importância e com isso o Estado começou a delegar as responsabilidades educativas as ONGs, agências de cooperação e grandes projetos internacionais, aos poucos o Estado foi-se degenerando e ignorando o seu investimento ao ponto de deixar de ser o líder educativo e passou a ser um acompanhante parceiro do seu do seu próprio desenvolvimento. Isto teve um enorme impacto no sistema educativo do país (Dautarim Costa).

Para o ex. Ministro quando se fala da educação fala-se de sistema que precisa ser apoiado, avaliado e corrigido, e alimentado de forma recorrente porque tende a ser dos maiores sistemas públicos do Estado a nível dos recursos humanos, utentes e do próprio impacto que tem na sociedade. Posto isso o ex. ministro entendeu que o sistema precisa de um investimento permanente de quem a tutela. Na sua opinião a partir do momento em que o Estado deixou de tutelar na prática o desenvolvimento, monitorização e avaliação do sistema, provocou uma profunda degeneração e o sistema começou a funcionar numa lógica de semi autogestão e com uma delegação de responsabilidade aos agentes externos ao Estado que tem uma limitação em termos de atuação para o desenvolvimento do sistema educativo, porque no que toca as leis e decisões administrativas esses agentes não têm essas prerrogativas. Todo esse facto em termos macro condicionaram o desenvolvimento do sistema educativo.

No seu entender para que o sistema funcione, importa mencionar alguns aspetos importantes para o seu desenvolvimento:

- *Investimentos concretos naqueles que são agentes educativos;*
- *Investimentos concretos nas infraestruturas;*
- *Investimento que possa ser absorvido para o desenvolvimento do próprio sistema.*

Sabe-se que a educação é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade, na sociologia da educação se percorremos, poderemos concluir que existe algumas formas de abordagem sobre a problemática educacional, uma delas poderíamos designar por

sociologia implícita da avaliação que traduz um conjunto de referências e análises sobre avaliação que se encontram de forma dispersa e fragmentada (Afonso, 1998).

5.2.2 Infraestruturas escolar e de formação

Para que um sistema funcione é preciso investir na capacitação dos recursos humanos (professores), e nas escolas de formação dos professores (infraestrutura). A falta de investimento nas infraestruturas do ensino também foi um dos pontos debatidos como condicionante para o bom desenvolvimento do sistema de ensino (tanto a infraestrutura para a formação dos professores como para o ensino secundário), de acordo com a entrevista do diretor do segundo maior liceu no país, quase 70% das escolas públicas no país são do ensino básico, e elas não oferecem todos os níveis escolar, que é considerado menos equitativa, sem se esquecer da degradação da infraestrutura cada vez mais lamentável.

Para o diretor do liceu, a consequência da escassez das infraestruturas teve um enorme impacto na capacitação dos docentes e no aprendizado dos alunos.

Durante um período de tempo a única formação para os professores da língua portuguesa era administrada pelo Instituto Camões para o ensino secundário. E para o ensino básico não há uma harmonização em termos dos conteúdos da formação dos professores o que não lhe permite estar apto para desempenhar a sua tarefa com sucesso e de inscrever num projeto nacional de educação. Essa falta de harmonização denuncia aquilo que deveria ser a capa de transmissão do ensino (Samuel Mango).

Ainda este responsável mencionou um outro aspeto a considerar que é a forma como as escolas são administradas, a escola de formação dos professores não fornece esta especialização o que quer dizer que não temos pessoas especializadas para gerir escolas. O modelo de administração depende de quem é colocado nessa escola gere de acordo com o seu modelo de gestão. Isso traz um outro quatro extremamente perigoso que é da politização do sistema. Não existe um concurso para colocação dos diretores de escolas, eles são colocados de acordo com a qualidade política e não da qualidade que o indivíduo tenha o que também condiciona o desenvolvimento escolar.

Para o diretor do segundo maior liceu do país, os atropelos como:

- Crise política e militar;
- Falta de verbas para o setor educativo;
- Falta de infraestruturas adequadas;
- Mal preparação dos professores e sucessivas greves no sistema.

São os atropelos cruciais para o desenvolvimento de qualquer sistema que não soube alcançar a paz no sentido de estruturar-se melhor, ou seja, isso impossibilita a estabilidade no funcionamento e organização do sistema.

De acordo com a socióloga e especialista de educação para UNICEF, o Estado não tem como garantir o funcionamento das infraestruturas escolar porque não tem dados estatísticos que apontam onde estão as dificuldades e quais as necessidades do setor, a especialista educacional aponta o relatório RESEN que mostra que uma das dificuldades no ensino também está na colocação dos professores.

5.2.3 Difícil relação entre sistema político e sistema educativo

Para Fahel org. (2013), são várias as razões pela qual se observa o desenvolvimento do sistema do ensino concomitantemente ao processo de desenvolvimento econômico, social, cultural e político dos países. Dentre eles cabe ressaltar a necessidade de mão de obra qualificada e educacionalmente credenciada tanto no âmbito da gestão pública e privada como nos setores industriais.

O professor e ativista político, atribuiu toda responsabilidade educacional do país ao governo e todos constrangimentos educacionais ao governo por algumas palavras:

“A educação, no sentido institucional em que é tratada aqui, é uma responsabilidade política de quem governa o país em nome do povo: o governo. E não é segredo que a Guiné-Bissau seja um país de crónicas instabilidades político-governativas, em que a média de tempo de governação por executivo é pouco mais de 1 ano, quando as legislaturas eram supostas serem de 4 anos. Não há sector de governação que consiga registar menores progressos num ambiente de permanente instabilidade e o sector educativo na Guiné-Bissau não foge a esta realidade. A debilidade do sistema educativo guineense é reflexo da crónica instabilidade político governativa do país” (Sumaila Djaló).

Para o professor e sindicalista, fundador do maior sindicato dos Professores do país disse nas suas declarações: Que há 43 anos de professorado na Guiné-Bissau o setor educativo nunca teve efeitos positivos. Desde 1974 aos dias atuais a educação é o setor que mais sofreu com as sucessivas mudanças das peças fundamentais para o seu desenvolvimento, se formos analisar o quadro dos dirigentes do ministério da educação, não existe um plano de continuidade dos trabalhos por parte dos sucessivos ministros nomeados para dirigir esse ministério.

O sindicalista afirmou que com as mudanças dos ministros, os diretores gerais, diretores sectoriais, diretores regionais e os diretores das escolas públicas também são mudados de acordo com a formação partidária de cada dirigente. Um outro fator mencionado pelo professor é a pequena parcela orçamental destinada para esse setor, parcela essa que é

destinada única e exclusivamente para o pagamento dos salários. Mesmo com a pequena quantia destinado ao pagamento de salário nem sempre é cumprido por parte do governo, o que justifica as constantes greves nesse setor. Além do mais os professores são colocados nas regiões distantes onde não têm nenhum tipo de subsídio do governo para se manter nessa localidade (Luís Nancassa).

Mas para o ex-secretário de Estado de Ensino na observação daquilo que está a ser o desenvolvimento do próprio Ministério.

Algumas das características são unânimes em relação ao sistema, neste momento são estruturantes, por não permitir avanços, os poucos recursos postos a disposição da educação de base, secundário e nada para o ensino superior; frequente redução do ano escolar, por vezes nulos, como o que acontece há dois anos a esta parte, devido aos atrasos de pagamentos dos salários e a alta frequência com que os Ministros e suas equipas são mudados, do tipo quando uma equipa chega antes de começar a conhecer os dossier já é chamado para abandonar o cargo e de seguida uma debandada total, o programa de governação, muitas vezes bonitas e copiados de eleições em eleições nunca chegam a ser implementados (Jailson Cuino).

O fraco investimento do Ministério no desenvolvimento da qualidade das escolas parceiras e na formação dos professores destas que fossem responsáveis pela orientação da prática pedagógica, o ponto crítico quase justificaria, por si só, um programa específico de apoio externo às escolas (Campos,2009). Com a falta de investimento no setor educativo o ator educativo afirma que o Estado não desempenha o seu papel de zelar pela educação da sociedade. O que causou as respostas não muito satisfatória por parte dos nossos entrevistados.

Para o ex-ministro da educação Dautarim Costa, *“o Estado tem o papel crucial para a regulamentação e tutelar o sistema de ensino nacional, visto que as escolas públicas representam dois terços da oferta nacional de ensino, mas quando o Estado abstém desse papel cada uma cria o seu regulamento para o funcionamento, isto faz com que a oferta privada mesmo de baixa qualidade tende a ser uma caixa de ressonância”*.

Sem fugir desse linha de pensamento o professor e sindicalista lamenta a ausência do Estado no desenvolvimento do ensino nacional, ainda o sindicalista mostra o fato de colocação de professores nas comunidades (regiões) distantes sem nenhuma condição para pesquisa, sem saneamento básico e água potável e muito menos energia para que esse professor possa ter o mínimo de condições para desempenhar o seu trabalho com sucesso. No fim de ano letivo o governo não promove nenhuma reciclagem (formação) para os professores que estão fora de

Bissau, para o professor o Estado precisa de desenvolver uma política que envolva a comunidade na educação dos seus educandos.

Mas para o professor e ativista político Sumaila Djaló: *“o papel do Estado devia ser de conceber uma política educativa que corresponda à realidade sociocultural do país tanto a nível de organização curricular e do seu desenvolvimento, como a nível de previsão do papel do sistema educativo na transformação positiva da vida da população do país. Entretanto, tudo isso dependerá da disponibilidade que o Estado terá para o financiamento do sistema educativo enquanto principal meio de progresso social”*.

Mas quando se apresenta uma ausência do Estado no que toca com o investimento das políticas educativas, não teremos sucesso no ensino, sem a intervenção do Estado nas ações públicas as instabilidades tornam recorrente, por esse motivo perguntamos aos nossos entrevistados sobre as consequências de constantes instabilidades vividas no país e os mesmos afirmaram que a instabilidade política é o principal motivo pelas constantes interrupções no setor educativo.

“Não se pode esperar que o sistema educativo fosse imune às constantes instabilidades políticas e governativas da Guiné-Bissau. O sindicalista e professor lamenta o fato de, nas recorrentes interrupções de 2010 a 2020 foram mais de treze (13) governos (primeiro-ministro) em consequência foram mais de 8 ministros de educação com os seus diretores e secretários, e nenhum desses governos conseguiu cumprir com aquilo que é o plano nacional de ensino” (Luís Nancassa).

Não podemos pensar na educação e no seu desenvolvimento com constantes mudanças no staff ministerial, é comum na Guiné-Bissau veres as mudanças por influência partidária, quando se faz as mudanças do staff o esperado é que o elenco tenha o mínimo de conhecimento e aptidão que lhe permite contribuir e desenvolver o setor e tomar as decisões para o melhoramento do ministério.

Para Jailson Cuino, *“não podemos continuar a culpar o vizinho, a ciência histórica existe precisamente para repor a verdade através do enquadramento no tempo e no espaço. Sem essa retrospectiva não seria fácil perceber o nosso marasmo condicionado pela educação tardia e um território que viria a ser independente quatorze anos depois com reflexo negativo na condução da máquina do Estado pelas pessoas que não tinham nenhuma preparação administrativa, se existe eram poucos e muitas dessas pessoas acabam por sair pelo medo das represálias de uma nova classe dirigente do país”*.

5.2.4 Problemas económicos, sociais e culturais

Dentre tantas respostas a socióloga e especialista em educação da UNICEF para a Guiné-Bissau, mencionou seguintes fatores como condicionante do desenvolvimento do ensino:

- *Equilíbrio entre a oferta e procura;*
- *Crescimento demográfico;*
- *Larga pirâmide populacional.*

A socióloga sustenta a sua tese explicando que o sistema não tem um equilíbrio entre a oferta e procura, muitas crianças estão fora da escola por várias razões uma delas é ver os pais a não mandarem os filhos para a escola ou colocar a criança numa escola diferente, (madrassa ou religião moral) outros motivos são questões econômicas e culturas. A socióloga e especialista vê como a justificativa desses fatores a desacreditação da população naquilo que a educação possa trazer para as suas crianças.

O Estado não consegue fornecer os serviços de qualidade desejados e necessários para a população, desde o componente aluno até ao componente professor, sem se esquecer das infraestruturas, ambiente e a gestão escolar que são fatores necessárias e ações mínimas para garantir a qualidade mínima (Lucy Monteiro).

De acordo com a especialista o crescimento demográfico constitui uma larga pirâmide populacional que não corresponde com a oferta educacional do país, segundo alguns dados mostram que cerca de 50% da população do país são jovens menores de 18 anos, o dividendo que devia ser explorado.

A abordagem do desenvolvimento local é fundamentada na capacidade de os indivíduos agirem enquanto cidadãos, contrariando a visão sobrevalorizada das possibilidades tecnológicas. No desenvolvimento local as pessoas têm possibilidade de agirem em coletivo no seu próprio território, participando nas decisões sobre os destinos da comunidade, seja informalmente organizado seja em grupos e organizações formais na interação com atores e processos locais e ou com seus parceiros internacionais (Barreto,2012).

Um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento da Guiné-Bissau é a precarização do ensino, tal precariedade observada também em outros países, segundo o ex-secretário de Estado e de ensino. *“Porem, na Guiné-Bissau um dos maiores problemas do sistema parece ser a baixa qualificação dos professores em termos de conhecimento curriculares e de conhecimento de técnicas de sala de aula, podemos considerar que esta deficiência tem muitas facetas, por um lado, as escolas de formação que existem não conseguem formar professores suficientes em resposta à taxa de natalidade muito elevada, por outro lado, temos assistido*

uma degradação constante das escolas de formação que outrora eram de excelência, tudo isso aliado à desvalorização da profissão: muitos formados preferem ir procurar emprego na Câmara Municipal ou nas Alfandegas pelas razões que todos conhecem. Tendo em conta esta situação o sistema educativo do país está a perder os seus melhores quadros técnicos” (Jailson Cuino).

Quando questionado sobre o relatório de PNUD, sobre a taxa de repetição no ensino primário e secundário, o professor e ex-subdirector do maior liceu do país respondeu que: o motivo deve-se ao fracasso do sistema educativo, começando pelas constantes greves durante o ano letivo que levam os alunos à desmotivação e conseqüentemente a desistir do ano letivo. Outra razão da perda do ano tem a ver com a campanha de castanha de caju, muitos alunos nas épocas de campanha abandonam a escola para ir ajudar os familiares na campanha de comercialização de castanha de caju, para ajudar nas rendas e despesas familiar.

“Um das razões no nosso sistema de ensino que muita das vezes leva os alunos a reprovar é a negativa muito baixa. No nosso sistema de ensino secundário são sete disciplinas, o aluno pode ter seis positivas e uma negativa, se essa negativa for inferior a seis o aluno reprova automaticamente. Mas isso acontece por falta de interesse do aluno em certa disciplina ou por não gostar do método de aprendizagem que o professor usa, isso acaba desenvolvendo um desinteresse do aluno” (Samuel Mango).

Mas para o sindicalista e fundador de sindicato dos professores, a falta de motivação por parte de alunos é a principal causa para tantas repetições, porque as escolas não oferecem o mínimo de qualidade e conforto para os estudantes nas salas de aula. Segundo o sindicalista há escolas em que o aluno é obrigado levar uma cadeira da sua casa todos os dias para ter onde sentar durante as aulas, sem contar que o Estado faz vista grossa quanto às condições das escolas no interior do país que por vezes conta com um único professor para todas as classes do ensino básico.

A socióloga e especialista em educação para a UNICEF, defende que: *“a Guiné-Bissau não pode dar-se o luxo de reprovação a esse nível porque em cada dez a quinze crianças reprovadas são dez a quinze crianças que vão ficar de fora no próximo ano letivo por não ter vagas suficiente para todos considerando a repetição como uma prática nefasta para uma boa progressão do aluno. Segundo a mesma, na lei de base há diretivas que limitam as reprovações nos primeiros anos da escolaridade, porque são fases preliminares onde as crianças aprendem a ler e escrever e cada criança aprende ao seu ritmo. Ela explica que no primeiro ciclo os níveis de reprovação não podem ser superiores a 10%, considerando assim o fato grave pelo sistema que temos. Por outras palavras ela considera que mais do que notas no final do ano*

letivo é levar as crianças a adquirir competências da literacia, numeracia entre outras competências, isso tem de ser acompanhado ao longo dos quatro anos no ensino básico”(Lucy Monteiro).

Para o Ministro cessante, afirma que não existe uma avaliação profunda da prática pedagógica para explicar o porquê dessa taxa, então a ausência dessa resposta poderá ser a resposta para a explicação dessa taxa. Essas deficiências parecem ser crônicas devido a própria instabilidade política e conseqüente mudança das equipas e pensa-se que se não houver uma intervenção urgente para mudar o *status quão* vamos sacrificar duas ou três gerações de jovens ávidos de conhecimento.

O professor e proprietário de uma escola privada no país fez uma profunda reflexão sobre a taxa de repetição e incumbiu toda a responsabilidade nos professores e no governo. Quando perguntado o porquê de declaração justificou que *“a capacidade profissional dos professores colocados pelo governo, convida a uma refletir sobre o nível de qualidade de ensino das nossas crianças, o professor conta que os alunos que terminam o ano com sucesso são alunos que têm um acompanhamento dos pais em casa porque os professores só reproduzem aquilo que está no manual de apoio sem um conhecimento profundo da matéria. Outra questão segundo o professor tem a ver com a dificuldade socio linguística dos alunos, num país com a diversidade étnica como a Guiné-Bissau, muitas crianças não falam o próprio crioulo que é a língua dominante no país, e o português só se ouve nas escolas. Então é extremamente complicado dar aula numa língua que a criança muito mal fala, nessa situação ninguém garante que a criança irá compreender a matéria dado pelo professor”* (Júlio Siga).

A razão mencionada pelos nossos entrevistados leva-nos a questionar o nível de qualidade do ensino pública, a capacidade de servir a comunidade que é transmitido pela taxa de inserção dos diplomados no mercado de trabalho do tecido económico, cultural e político. Normalmente a eficácia interna materializa - se através do melhoramento dos resultados académicos, registados com alta taxa de sucesso dos estudantes, taxa de passagem de um ano para outro, ou, pela negativa a taxa de reprovação entre outros. Por vezes foram essas razões que fizeram com que os pais e encarregados de educação perdessem o respeito ou deixassem de acreditar na qualidade do ensino público e refugiaram para as escolas privadas na procura de soluções para os seus educandos.

5.2.5 Qualidade de ensino público e privado

Quanto a esse assunto os nossos entrevistados foram questionados sobre a diferença entre as duas escolas, as respostas foram quase unânimes. Em representação dos pais um dos nossos entrevistados e professor respondeu que a diferença é grande quando se fala dos

conteúdos administrada, a estrutura entre outros. Em representação de pais e encarregados de educação esse educador defende que o nível de rigor nas escolas privadas em termos de acompanhamento dos conteúdos administrados, acompanhamento dos recursos humanos e materiais, recursos financeiros são completamente diferentes. Há um envolvimento direto dos pais na educação dos seus filhos o que quase não se vê nas escolas públicas.

Mas para o ministro cessante da educação, a principal diferença está na regularização do funcionamento das escolas, nas escolas privadas não há greve, o que refere a qualidade o ministro alega a falta de dados concretos para a formação. Contudo não nega que existe escolas privadas que mostram qualidade em colocar muitos quadros qualificados no mercado de trabalho.

No que refere a questão de qualidade das escolas e ex-secretário de ensino fala em diferença na qualidade transportado e muitas interpretações, desde a qualidade do produto e qualidade nos serviços privados. Entretanto, a qualidade deve ser acrescida com o aumento da eficácia interna e externa, podemos estar presentes a um conjunto determinantes dos preceitos tais como: recursos humanos, os programas, equipamentos científicos e infraestruturas, mas sobretudo um novo método de ensino e da gestão.

Para o ativista político e professor a análise é profunda e as diferenças são tantas tendo mencionado algumas dessas diferenças:

“A primeira diferença que nos salta à vista é o fato de as escolas privadas funcionarem durante o ano letivo inteiro e as escolas públicas fustigadas por uma inconcebível paralisação. Basta pensarmos que há três anos que estas escolas se encontram de portas fechadas, mesmo que se teime em pintar o presente ano letivo de algo diferente dos dois anteriores. Mas há outras diferenças: nas escolas privadas os professores geralmente recebem o salário a tempo, ainda que sejam migalhas, e nas escolas públicas, neste preciso momento, os professores novos ingressos estão há nove meses sem salário – um fator diferenciador do desempenho desses professores nas duas situações, os professores das escolas públicas são os mesmos que os das escolas privadas. Porém, ambas partilham de um mesmo problema de fundo: inexistência de uma política educativa baseada na realidade sociocultural que visa servir para a sua transformação” (Sumaila Djaló).

A constatação do nosso sistema mostra-nos claramente que compreende muitas fraquezas na organização e funcionamento devido a ausência de rigor na gestão e no fraco ou quase nulo investimento que é posto a disposição das escolas.

O ex-subdirector do maior liceu do país relata que as diferenças entre as duas instituições de ensino no país são vastas, *“a inspeção geral do ensino não fazem nada para*

melhor o sistema, como consequência existem escolas públicas a funcionar dentro de casas habitacionais e nunca aparecem inspetores nessas escolas para inspecionar o funcionamento das aulas e da própria estrutura que não é adequado para o funcionamento de aulas” (Carlitos Na Lama).

A inspeção geral do ensino realiza semanalmente inspeção nas escolas privadas, e essas escolas são obrigados a entregar o conteúdo programático mensal para a equipa de inspeção, mas, essa rigorosidade e exigência não funciona para as escolas públicas. No seu entender esse é o motivo de não comprimento do conteúdo programático nas escolas públicas.

O componente de prática pedagógica assistida de relevância capital para a aquisição de competências de ensino em situações concretas, é considerada por todas as análises como das mais frágeis na formação dos professores, tanto do ensino básico como do secundário. As dimensões desta fragilidade são variadas:

- Inexistência de equipamentos e materiais pedagógicos;
- Deficiente preparação de professores, nomeadamente no domínio da língua portuguesa;
- Falta de preparação dos professores não só das escolas básicas e secundárias, mas também das escolas normais, para orientar esta prática.

No que refere a qualidade dos serviços prestados pelas escolas públicas e privadas no país, a socióloga e especialista da UNICEF, lamenta o facto de existir diferença entre as duas instituições de ensino, de acordo com a mesma desde o momento em que tenha o alvará de funcionamento deve seguir com o plano curricular do ministério da educação.

“O que não é o caso porque as escolas privadas contam com 5 horas de aulas diárias enquanto as públicas só têm 3 horas diária. Isso faz com que as privadas consigam ter mais unidades curricular e melhor acompanhamento das crianças. Outra questão é que para além das escolas privadas existem escolas internacionais, onde cada uma dessas escolas funcionam com o plano curricular do seu país de origem (escola portuguesa funciona com o plano curricular portuguesa, escola francesa funciona com o plano curricular Francesa) essas escolas contam com mais carga horária e maior rigor em termos de funcionamento” (Lucy Monteiro).

Ela ainda coloca a questão da liderança na gestão das escolas, é fundamental ter o professor na sala de aula com os materiais didáticos em condição de funcionamento, o Estado tem de funcionar como entidade reguladora dessa organização. O Estado define o tipo de povo que quer ter, o tipo de sociedade que pretende ter, e isso se faz através das políticas públicas

ligada a educação, com isso a sociedade vai se construindo através daquilo que é o padrão da sociedade que o próprio Estado define através da evolução da sociedade.

Para o ex-secretário de Estado e ensino, a tentativa de suplantando o hiato deixado pelos colonos, logo após a independência, o partido (Estado) lançou uma estrondosa campanha de escolarização chamada *massificação de ensino, a escola popular chegou a toda a parte*, os número dos alunos subiram vertiginosamente, foram abertas três liceus nas sedes regionais (Bafatá, Canchungo e Bolama), as bolsas para o exterior aumentaram significativamente para os países socialistas amigos da Guiné, abriu-se a escola de formação dos professores, a escola de saúde, faculdade de Direito de Bissau. O que se verificou de facto, passados alguns anos é que a qualidade do ensino não conseguiu acompanhar a quantidade populacional, infelizmente, hoje, com constantes paralisações e redução dos apoios que eram postos a disposição da escola guineense, pelos parceiros, deixaram de existir e chegamos ao ponto em que o país se encontra no momento.

5.2.6 Apoios educativos e administração escolar

No que refere aos apoios concebidos pelo Estado para o desenvolvimento do ensino, todo o financiamento da educação no país é assegurado de modo geral pelo Estado, ajuda externa e pelas famílias, de fato é quase impossível a existência desse setor sem a ajuda externa, segundo o PNA, a implicação das comunidades locais e do setor privado, o autofinanciamento das instituições escolares são necessárias para compensar a insuficiência dos recursos públicos afetos a educação.

Nesse sentido o professor e ativista político declara que *“as comunidades através dos encarregados da educação, sempre participaram no financiamento do sistema educativo do país. Embora diga-se que o ensino básico seja gratuito, os encarregados dos educandos pagam as taxas de matrícula e de aquisição de todo o material didático usados pelos seus filhos/educandos. Nos níveis posteriores do ensino, os pais pagam para todos os serviços educativos prestados aos seus educandos através de pagamento de propinas em valores superiores a 1/ 4 do salário mínimo. Para além de existirem muitas escolas públicas administradas em regimes de autogestão das comunidades por todo o país. No entanto, quando se pretende relegar a gestão das escolas, mesmo que em parte, para a responsabilidade das comunidades escolares, sem que o Estado seja chamado a assumir a sua responsabilidade nesta matéria, não só o convidamos a aumentar o seu desinteresse em resolver os graves problemas do sector, assim como estamos a compactuar com a morte do próprio Estado, porque se este não consegue garantir o direito à educação, o básico para qualquer sociedade, de nada vale a sua existência”* (Sumaila Djaló).

Para o ex-ministro, o Estado deve assumir o setor educativo do país, porque a maior parte da oferta educativa é pública, então, sendo pública é o setor público que deve financiar, mas, isso não implica que as organizações privadas e comunidade locais não possam participar no financiamento do setor, o Estado não pode colocar as responsabilidades sobre o setor privado, o ensino público é do interesse do Estado, então a gestão do financiamento deve ser única e exclusivamente do Estado pois sendo o órgão que define o modelo da sociedade que pretende ter.

Quando questionado sobre esse assunto a socióloga e especialista em educação para UNICEF, afirma que: *“O Estado determinou que é obrigatório e gratuito o ensino, então é uma obrigação do Estado garantir que todas as crianças possam beneficiar dessa gratuidade em todo o país. Para a especialista hoje no orçamento geral do Estado não mais de 13% são alocados para a educação e não mais de 6 a 10% são usados cada ano. E todo o orçamento desenhado para esse setor é exclusivamente para pagamento de salário, e todos os outros setores são esquecidos, o governo acaba por esquecer que este setor não funciona só com o pagamento de salários, são vários componentes que de facto fazem parte deste setor que acaba sendo ignorado, como por exemplo a formação dos professores, os materiais didáticos, a reabilitação das infraestruturas entre outras questões dentro do pacote “EDUCAÇÃO”. Os parceiros têm financiado muito o setor nos 100% dos financiamentos 90% são trazidos pelos parceiros, mas, isso não torna o sistema autônoma, o Estado deve ter pelo menos 20% do seu orçamento para a educação”* (Lucy Monteiro)

A mesma ainda chamou atenção de que o Estado deve garantir a escolaridade obrigatória (ensino básico), mas os pais também devem entender que a educação tem custos e o ensino secundário e superior deve ser de responsabilidade dos pais garantir aos filhos porque mesmo no contexto europeu o Estado não paga a formação universitário e isto tem de ser assim.

Para o sindicalista e professor, as empresas pedem financiar a educação (formação superior) quando tem interesse em alguma área que posteriormente possa ser benéfico para a sua área de investimento, além do mais o Estado não mostra interesse em participar no apoio ao desenvolvimento do ensino. Para que esses fundos alocados a educação e administrados com os objetivos de melhorar o sistema, precisamos de ter técnicos capazes de dar resultados desejados. Neste âmbito questionámos a eficácia da administração das escolas no país. Porém, a gestão administrativa é responsável por cuidar do património e assegurar a coerência de sua utilização. Ainda, a Gestão Administrativa deve assegurar o respeito pelas regras institucionais legalmente constituídas, pois este resulta no asseguramento do edifício físico e do património escolar, através de um critério baseado na organização, liderança e asseguramento dos recursos

da escola, com finalidade de obter sucesso no processo de ensino e aprendizagem. *“A questão administrativa das escolas públicas é uma autêntica anarquia, os partidos colocam os ministros que lhes convêm e o ministro coloca os diretores que os apoiaram nas campanhas eleitorais. Com isso o próprio ministro concorda que as escolas são muito mal administradas e mal geridas com umas exceções”* (Luís Nancssa).

O sistema administrativo guineense é um sistema centralizado, as escolas cobram propinas de matrícula e propinas mensais, essas propinas são utilizadas para na administração das escolas como fundo de maneiio (compra de giz, folhas etc). O sistema educativo nacional diz que cada escola deve ter um plano de desenvolvimento das necessidades básicas a nível regional, setorial e nacional que é transmitido para o orçamento de estado a fim de estimar um financiamento equitativo dessas necessidades (Lucy Monteiro). Mas geralmente é feito a nível central o que não corresponde com as necessidades locais das escolas porque, cada zona tem as suas necessidades de momento, para a nossa entrevistada o Estado não aloca recursos necessários para o setor.

Segundo o entrevistado, as pessoas que administram escolas privadas são pessoas com uma noção de gestão e administração isso faz que as escolas privadas obtêm muito mais sucesso ao passo que as escolas públicas carecem de bons administradores, as colocações feitas deixam muito a desejar, porque são pessoas sem mínima noção daquilo é a administração, então ainda estamos longe quando se fala da administração.

As escolas públicas do país são administradas à imagem da administração do próprio país: numa lógica clientelista. Na Guiné-Bissau, não se é diretor de uma escola por competência, mas por pertencer às fileiras do partido a governar o país. Ora, sendo a governação do país uma cantiga de instabilidade, cada governo nomeia o seu Ministro da Educação e este o resto dos dirigentes do ministério e das instituições sob a sua tutela, incluindo os seus diretores das escolas, o que também explica, em parte, a falta de projetos educativos específicos para cada escola ou comunidade escolar, em função das suas próprias características (Sumaila Djaló).

Para o ex-secretário de Ensino: *“o domínio da autonomia das escolas e faculdades, trata-se de recuperar o seu sentido, impondo o seu aprofundamento, clarificação e responsabilização, para que as medidas estratégicas em desenvolvimento possam flexibilizar e agilizar os mecanismos de gestão tanto interno como na relação com governo central no sentido de não desvirtuar os programas e projetos em ação e assegurar a aplicação livre e responsável. Por outro lado, se a autonomia continuar a encontrar resistência, no excesso de*

burocracia, na resistência à modernização, não há autonomia que seja capaz de realizar o milagre da qualidade” (Jailson Cuino).

Os atores do sistema do ensino apresentam enormes necessidades financeiras. Isso supõe um suplemento de fundos sem recursos promissores permitindo o alargamento das suas capacidades de resposta à demanda e de melhoria da qualidade. O estado apenas consagra 2% do seu PIB para a Educação.

5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO NA GUINÉ-BISSAU

As políticas educativas tiveram lugar central nas pesquisas da sociologia na Europa como um pouco por todo o mundo, estas pesquisas deram um contributo decisivo para que este problema se torne um objeto de importantes debates e programas de políticas públicas, apoiando as estratégias de política pública que pudessem moderar os seus efeitos negativos (Carmo, 2018).

Para Silvestre, (2013) a administração pública tem sido algo de fortes mudanças no sentido de preconizar a modernização administrativa. Estas mudanças são frutos de dum conjunto de fatores endógenos dos quais os principais nos parecem ser complexidade da máquina administrativa.

Análise da realidade do continente africano dá-nos conta da complexidade da relação existente entre desenvolvimento e educação e da sua multifuncionalidade. Para Correia, (2007), a origem do atual sistema educativo em África está associada à política colonial, que tratou de proporcionar uma educação seletiva e criadora de alguns privilégios, sobretudo numa altura em que o número de efetivos era relativamente baixo. Na realidade estas repercussões no desenvolvimento e nos objetivos estratégicos traçados à administração pública.

Neste subcapítulo, pretende-se fazer um reconhecimento das desigualdades e fragilidades no investimento educativo abordado neste trabalho. Com isso vamos descrever a situação das políticas públicas para o ensino na Guiné-Bissau ao longo dos tempos. As respostas para moderar a falta de investimento tem sido de vários tipos designadamente institucionais e governamentais.

5.3.1 As políticas públicas para o ensino

Para os entrevistados, Guiné-Bissau precisa mais do que urgentemente de uma Política Nacional da Educação que apresente uma visão do que o estado pretende com o sistema educativo tanto a nível de infraestruturas escolares, quanto a nível formação dos agentes educativos. O estado da educação no país exige uma refundação do sistema, assim como do próprio estado no sentido mais geral. Segundo os entrevistados para que todas as regiões possam beneficiar do ensino público o estado tem de respeitar as leis do país, melhorar as

condições de acesso, realizar a revisão do plano curricular e aportar nas tecnologias acompanhado de verbas orçamental suficiente para que os atores educativos colocados nas regiões possam garantir a sua estadia nessas localidades.

Para o ex-secretário de Estado e ensino, ao responder à questão sobre as políticas públicas para que o ensino público chegue todas regiões do país ele respondeu o seguinte: *“Para que o país possa atingir o mínimo aceitável praticado pelos nossos pares, tanto da CEDEAO como também da CPLP, vai ser necessário a mudança brutal de paradigma, e para que isso aconteça, deve – se estabelecer, antes de tudo, um pacto de regime sobre a educação. Os partidos devem sentar-se e acordar sobre o destino a dar este sector muito sacrificado e criar uma equipa multidisciplinar de reconhecido mérito no sector e dar-lhes tempo suficiente para imprimir as reformas necessárias no sector de ensino e aprendizagem”* (Jailson Cuino).

O ex-ministro garante que a decisão política abrange todo o país, mas o problema não tem a ver com a execução, muitas vezes a desigualdade na distribuição de recursos e a implementação das políticas públicas acabam abrangendo o sistema de forma desigual, então o sistema conta com uma iniquidade a nível nacional.

Na opinião da socióloga especialista, o Estado tem de ter uma política de docente desde o recrutamento até na sua colocação e políticas para os diferentes subsectores, para não deixar ninguém para trás, uma política de inclusão para as crianças com necessidades especiais. Mas para o professor e sindicalista, o governo deve permitir pessoas particulares e organizações a criar escolas nas regiões e aldeias onde o Estado não consegue chegar, porque o governo não tem condições para levar o ensino a nível nacional. A comunidade católica tem investido muito na criação de escolas nas aldeias mais distantes do país, mas muitas das vezes eles são barrados pelo governo.

No depoimento de um dos professores entrevistados destacou o fato de 2014/15, a abertura das escolas de formação dos professores (polos de Cacheu, Bafatá e Buba), dentre as políticas da carta nacional das políticas públicas falou-se não só na criação de mais salas de aulas não só no ensino básico, mas também para o ensino superior, nas exigências da carta o Estado tinha como objetivo levar o ensino público para todas as regiões do país para que todas as crianças possam ter acesso ao ensino. Mas todo esse documento político elaborado dessa agenda educativa 2000/25 não se cumpriu até então. O professor mencionou um fato muito complexo dessa agenda em que o governo criou uma política para alfabetização na TV para as regiões de Bafatá e Gabú, mas, nessas mesmas regiões o acesso a rádios e televisão são extremamente limitados (Júlio Siga).

A forma como o sistema tem sido administrada tem efeitos evidentes na equidade e na qualidade educativa, uma dimensão considerada influente na redução das desigualdades de concretização da escolaridade é a autonomia escolar (Carmo, 2018). O ponto em que o sistema se encontra é preciso fazer muito mais, mas com muita modéstia, podia-se começar com ação e melhoramento pouco a pouco a medida que vão sendo feitas avaliações e monitoramento do percurso e indicando novos caminhos.

Para os entrevistados esses caminhos são mudanças que outrora foi projetado para o sistema de ensino nacional. O professor e ativista político lamenta o fato de a mudança ser um assunto que menos se fala a nível nacional.

“Não se pode falar de mudanças nos últimos anos em relação a um sistema educativo paralisado há três anos. O sistema educativo é o que muitos acreditam que seja: inexistente. A minha resposta pode soar radical, mas eu considero-a realista, à luz da realidade concreta” (Sumaila Djaló).

Mas nem todos compartilham da mesma ideia de que a educação é uma obrigação única do Estado, para o ex-secretário de Estado e ensino, *“é triste tirar dos ombros a devida responsabilidade de um dos mais se não o mais importante vetor do desenvolvimento de um país e de toda a humanidade, o mais caricato no caso da Guiné-Bissau é o silêncio que existe sem rosto em relação ao setor paralisado nos últimos anos”* (Jailson Cuino).

As situações sobre mudanças obtidas nos últimos anos pelo sistema educativo nacional continuam a divergir as opiniões públicas para alguns diretores das escolas públicas, foram registadas algumas mudanças positiva no sistema ao longo do tempo e foram mencionados algumas:

- Controlo e validação dos certificados escolar (pública e privada) pelo ME;
- Reforma de programa de ensino aprendizagem
- Coordenação nacional de cada disciplina;
- Introdução de 12º ano de escolaridade;
- Implementação de lei de base em 2011;
- Implementação do estatuto da carreira docente;
- Criação de mais escolas de formação dos professores;
- Colocação de professores formados a nível nacional.

“O governo tem esforçado na reforma do setor de ensino, pela primeira vez na história da Guiné-Bissau, foram colocadas em 2019 em todos o território Nacional professores formados, com isso o Ministério pretende garantir que houvesse professor capacitados em todo o território. Apesar do Ministério até 2011 só produzia despachos para a regulamentação do

corpo docente, com isso foi implementado a lei de base e o estatuto carreira docente em 2019 vai permitir daqui a 10 anos os professores guineenses sejam os mais bem pagos a nível de CEDEAO, isto permite que o professor seja avaliado e que a sua progressão possa refletir no seu rendimento” (Dautarim Costa).

Muita coisa foi feita pelo setor educativo, mas a situação vivida na Guiné-Bissau não tem ajudado para que essas mudanças sejam positivas, a maior parte das crianças têm enorme problemas em literacia e numeracia. *“O sistema tem deteriorado cada vez mais, ainda se verifica um handicap enorme na língua portuguesa porque a maior parte da população só fala o crioulo, mas atualmente tem se verificado um aumento significativo em aderência dos pais em matricular os filhos no ensino pré-escolar apesar de não ser obrigatório, mas, permite que a criança tenha uma iniciação do português o que muita criança não tem” (Lucy Monteiro).*

5.3.2 Plano curricular

Entende-se neste ponto que existem variações de opiniões no contexto público (o Estado), privado, (sociedade civil) e o próprio corpo docente em atividade letiva no país. Onde com frequência foram usadas o termo *“não existe”*, *“em implementação”*. Mas percebe-se uma preocupação imperiosa de satisfazer as necessidades de uma comunidade ou país através do programa pertinente que consigam atingir os objetivos preconizados para um desenvolvimento harmoniosa.

Para não fugir da linha de sincronização do debate uma das mudanças mencionados pelos entrevistados foi a reforma do programa do ensino aprendizagem, isso gerou a seguinte pergunta sobre o plano curricular nacional e a questão foi respondida quase de forma unânime.

Na conversa com professor do ensino secundário, *“há três décadas que os currículos escolares da Guiné-Bissau não foram reavaliados de modo a torna-la adequados ao contexto atual, em Janeiro de 2022 o então Ministro da Educação revelou numa das suas entrevistas ao **Jornal O Democrata** que existem planos curriculares. Mas para além de desatualizadas, estão longe de serem aplicados nas escolas do país, porque a prática educativa é largamente dependente do que o professor entender importante lecionar. Sou a favor de democratização do espírito da conceção e desenvolvimento curricular, mas esta democratização deve partir de um plano curricular com objetivos gerais capazes de definir o que o Estado quer com a educação para o progresso social” (Luís Black).*

Mas há quem acredite que a revisão do plano curricular possa trazer mais benefícios para o sistema e este pode entrar em vigor no próximo ano letivo. Existe um plano curricular nacional, mas que está a ser difícil de ser usado, cada escola usa o seu plano curricular, o conteúdo usado depende de cada escola e a natureza da escola. Existe escolas que trabalham

com o plano curricular português e os materiais usados também são portugueses e isso pode ser uma das razões de atraso do país em comparação com os países pares. Uma vez que a questão do plano curricular ficou por resolver.

5.3.3 Fundos do Estado para educação

O Estado não consagra recursos necessários para o funcionamento do sistema educativo, em pleno século XXI, nas escolas públicas do ensino básico não tem uma subvenção de recursos para o seu funcionamento uma vez que elas são gratuitas por lei, falta os recursos básicos para o funcionamento como régua, resmas, giz entre outros recursos. As limpezas são abandonadas pelas agências responsáveis porque o Estado não cumpre com o contrato, para os entrevistados não existe gratuidade quando não tem os recursos básicos para o funcionamento.

“O orçamento ligado a educação é exclusivamente para o pagamento de salário, o Estado Guineense não tem a tradição de investimento na educação a não ser de pagar despesas correntes como pessoal. Ele considera que é um Estado em gestão, mas justifica o fato de ser as constantes instabilidades políticas que não permite ter uma execução orçamental para a educação (Dautarim Costa).

Longe disso! Uma análise do último RESEN elaborado pelo próprio Ministério da Educação pode dar a conhecer o cenário do desinvestimento no sistema educativo. Quase a totalidade do financiamento do Estado para o sector é destinada ao pagamento dos salários ao pessoal afeto ao sistema educativo.

Para esta questão as respostas dos nossos entrevistados foram praticamente idênticas, para não perder o foco da conversa trouxemos a questão muito comentado no setor e que foi estudado no RESEN e publicado em 2015, esse estudo mostra que em 2013, a despesa com o pessoal do setor educativo representava 66% de todo o orçamento para o setor educativo. Mas na entrevista o Ministro revela que nos últimos anos este custo teve um aumento duas vezes superior. Com a implementação do estatuto carreira docente em 2019 a despesa para com o pessoal deu um bum muito grande, o que está em queda é o valor de investimento para a educação.

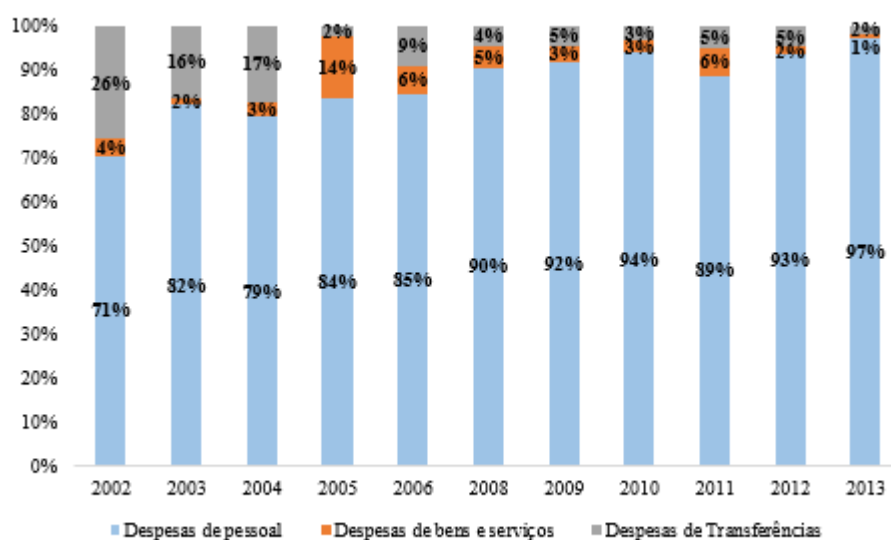
Para o ativista político e professor, a questão orçamental para a educação deixa muito a desejar para os que outrora gabam de boa governação.

“O desinvestimento na educação é a maior prova de que o sector não tem sido prioritário para os que têm governado o país. Governa-se o país para benefícios de pessoas singulares e grupos de pessoas ligados aos regimes com os rostos de sempre e não propriamente para o desenvolvimento do país. Veja-se para subsídios dos chamados titulares de órgão de soberania em comparação com o mais alto salário de um professor. Ou compara-

se o bolo orçamental para as forças armadas em relação ao sector educativo. São bons exemplos de como a educação é trada por quem tem governado o país” (Luís Nancassa).

Os dados publicados pela RESEN em 2015, mostram que as despesas correntes para com o pessoal, em 2013 representavam 97% de todo o orçamento para o setor educativo. Isso leva-nos a acreditar que depois de ter pago os funcionários da educação, as despesas de bens e serviços e as transferências são quase inexistentes, pois esta representava apenas 1 e 2%. A situação degradou-se na medida em que se formos analisar um pouco mais atrás em 2002, as despesas com o pessoal representavam 71% das despesas correntes e as despesas de bens e serviços representavam 4% ainda muito baixo e as transferências 26%. Se se observar a evolução neste período, conclui-se que a parcela de despesas correntes atribuídas às despesas de pessoal aumentou progressivamente, deixando assim quase mais espaço às despesas administrativas, pedagógicas e sociais

Gráfico 3.2 : Evolução da repartição das despesas públicas correntes de educação por natureza (%), 2002-2013



Fonte : Ministério da economia e das finanças, cálculo dos autores

Fonte: Relatório da Situação do Sistema Educativo, 2015, 38.

Para os técnicos do Ministério da Educação, atualmente as despesas para com o pessoal é mais de 90% de todo o orçamento, o restante valor destina-se a outras despesas são atualmente canalizados para o pagamento dos formadores do Ministério. Nenhuma escola pública recebe alguma verba para a manutenção ou para fundo de maneiio.

Para a socióloga especialista em educação para UNICEF, lamenta que o indicador para o setor educativo é cada vez mais degradante atualmente a despesa do governo para o setor educativo representam mais de 90% de orçamento, não deixando assim nenhuma margem

para outras despesas para o desenvolvimento do próprio sistema. Com isso a especialista revela que para o desenvolvimento do setor tem de haver um equilíbrio nas despesas destinado para esse setor (Lucy Monteiro).

Como as despesas do bens e serviços era de 1 e 2% o fato que a especialista diz ser risório, porque dantes o financiamento para a construção e reabilitação de escolas era garantido pelos parceiros, mas o que agora não é o caso, neste sentido voltou a repisar que o melhor a fazer é dividir de forma mais justa o orçamento. E o Ministro cessante reconhece o fato de existir um problema de investimento, mas, prefere não comentar acerca do assunto. Porque trata-se de um valor que não chega para a reabilitação do liceu Nacional, isso explica o lastimável que é a realidade educativa com grave défice a nível estrutural como a nível dos recursos humanos.

CONCLUSÃO

Em conformidade com a pesquisa, bem como os objetivos que orientam a elaboração do trabalho, procede-se nesta última parte a apreciação sobre tudo aquilo que foi apresentado durante este trabalho. Relativamente ao análise do desenvolvimento do sistema educativo da Guiné-Bissau e suas fragilidades podemos constatar através da análise das entrevistas e pesquisas documentais realizados com os atores educativos, onde conseguimos obter informações sobre o estado e o funcionamento do setor educativo, com base nisso o presente trabalho tem as seguintes conclusões que se seguem.

O ministério passa por fase de crises permanente que vem desde a sua estruturação (colocação do pessoal) até no seu funcionamento. Como consequência da crise, o sistema de ensino foi fruto de uma euforia política sem estratégia pré-estabelecido, os estabelecimentos foram criados de forma urgente para colmatar o abandono dos portugueses depois da lata de libertação. Os desafios da atualidade exigem uma aposta nas novas tecnologias o que tem acontecido timidamente no nosso sistema, portanto, face a esta realidade é notório hoje em dia que a nova tecnológica se tornou evidente que com a utilização dos recursos digitais. O acesso ao conhecimento como forma de melhorar o êxito acadêmico tornou-se da tal maneira fácil graças ao processo de transmissão e de comunicação, uma vez que estamos inseridos numa comunicação onde o processo educativo se tornou um processo móvel.

A planificação e gestão de ensino é direcionada para os seus atores e destinatário (diretores e alunos), deste modo ela consegue realmente uma transformação em toda a sociedade (as pessoas como ser humano). A política educativa negada na Guiné-Bissau pelos atores políticos, nos últimos anos obriga a sociedade a reinventar o sistema educativo do país para que nenhuma criança fica fora da escola. Mas não é o suficiente, porque não adiante levar as crianças para a escola se ela não consegue absorver aquilo que é importante ou seja aprender a literacia e numeracia.

Uma vez que a prioridade é aprender e colocar todas as crianças dentro da escola sem se importar com as condições porque esse nunca foi a preocupação do governo uma vez que os organismos internacionais e as comunidades locais sempre tiveram em atenção as questões ligadas ao sistema de ensino do país.

No decorrer do trabalho foi constatado que além da precariedade nas infraestruturas existe um outro problema no ensino que é a questão linguística. O país tem mais de trinta etnias e dialetos diferentes o que acaba por interferir no processo de ensino aprendizagem. A portuguesa é a língua oficial do país, mas é o menos falado e a população não se apropriou da mesma e vêem a língua portuguesa como um obstáculo no processo de ensino aprendizagem,

porque ela só é falada na escola e dentro da sala de aula mesmo assim a falta de pedagogia do professor acaba por não ajudar no aprendizado do aluno.

Esta situação tem piorado com a falta do plano curricular nacional, onde cada escola se encarrega de produzir o seu próprio plano curricular para o seu funcionamento. Os currículos escolares do país não foram atualizados desde sua publicação e que deixam muito a desejar no contexto atual, o que faz com que nas escolas públicas a prática educativa é largamente dependente do que o professor entender importante a lecionar. Muitos são a favor da democratização do espírito da concepção e desenvolvimento curricular, mas esta democratização de espírito deve partir de um plano curricular com objetivo geral capaz de definir o que o Estado quer com a educação para o progresso social. Neste sentido foi importantes fazer algumas conclusões do objetivos gerais do trabalho.

De acordo com a investigação, entrevistas e consultas bibliográficas, o setor ensino na Guiné-Bissau nunca foi dos melhores desde a sua luta de libertação até os dias atuais e como consequência temos o baixo nível de vida no país onde os jovens saem para se formar nos países estrangeiros e acabam por ficar nesses países porque encontram melhores condições de vida, isso faz com que o país perca os recursos humanos qualificados, essa ausência de recursos humanos qualificados tem condicionado o nível de educação do país

A prova desses fatores é que não se tem realizados grandes reformas educativas que consigam de fato distanciar da estrutura curricular colonial, o que se tem até hoje é um programa adaptado as realidades atuais que não corresponde com a evolução e desenvolvimento da sociedade educativa.

Mas como está explicado no corpo do trabalho que foram registados algumas mudanças que condicionaram o desenvolvimento educativo, ficou claro nas entrevistas que esse objetivo deve-se ao fato da politização do sistema, apesar de ter mais fatores mencionados mais a politização ganhou destaque dentro do sistema. Um sistema que precisa de atualizações frequentemente de quem a tutela na prática desde a prática administrativa até a gestão das escolas.

A falta de investimento concreto no setor educativo, não há investimentos nas estruturas de ensino e muito menos a formação para o corpo docente. Nos últimos anos o país tem sido bombardeado com inúmeras escolas as dita escolas de formação para os professores mas que não têm condições de o fazer e o Estado conta com muita pouca escola para a formação os professores, o mais caricato é que não existe uma estrutura curricular de formação para um professor que lhe permite estar apto para se inscrever num programa/projeto nacional de educação.

As consequências desses fatores acabam recaindo no desenvolvimento e aprendizagem do aluno e com a desarmonização dos conteúdos que estes aprendem, o que para quem gere essa situação ou seja na visão política acaba por formar cidadãos modelo que possam alavancar o país e que possam criar novos postos de desenvolvimento ao país.

Um outro ponto muito relevante no trabalho é dos administradores escolar, a Guiné-Bissau não tem quadros formados em administração escolar o que acaba por não ter um modelo de administração e gestão escolar e a pessoa responsável pela gestão e administração o faz a seu critério porque não tem um guia que o conduz e supervisiona o comprimento do seu trabalho.

O país não faz avaliações do desempenho pelos serviços prestados ao Estado por isso temos o sistema e os dados que hoje temos no país, não avaliação do sistema, não uma avaliação há nível da prática pedagógica, não há uma avaliação de gestão dos fundos e nem da forma como as instituições escolares estão sendo administradas, e nunca ouve uma investigação na prática para descobrir o porquê e quais as consequências.

Infelizmente quando se fala das políticas públicas para o desenvolvimento do setor educativo pode-se perceber que elas não existem ou existia. As políticas públicas aprovadas pelo governo para ensino não é posto na prática de modo que não existe nenhuma política centrada em obrigar que nenhuma criança fique sem ter acesso ao ensino público, apesar de o PNE diz que todas as crianças tem o direito ao acesso a educação de forma gratuita mas, não existe nenhuma penalidade para quem não os cumprir. Como consequência o país está com problema de índice muito baixo de meninas nas salas de aulas porque a religião não o permite que as meninas frequentem a escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abrantes, Pedro; 2010 – Tendências e Controvérsias em Sociologia da Educação. Ed. I, Mundos Sociais.

Afonso, Maria M. 2007 – Educação e Classes Sociais em Cabo-Verde, ISBN: 972-8157-27-4, Biblioteca Nacional, CDU: 37 (665.8) .../1990.

Almeida, Ana Nunes de; Vieira, Maria Manuel; 2006 – A Escola em Portugal: Novos Olhares, Outros Cenários. Coleção Breve. Ed. Imprensa de Ciências Sociais.

Azevedo, Joaquim; 2007 – Sistema Educativo Mundial: Ensino sobre a regulação transnacional da educação. Edição; Fundação Manuel Leão.

Barreto, António; 1996 – Tempo de Mudança: Antropos. Ed. Relógio, d'água.

Barreto, Augusto G; 2012 – Escolas Comunitária na Guiné-Bissau: Sentidos, Relações e Mudanças. Instituto Universitário de Lisboa-ISCTE.

Beck, Ulrich, Giddens, Anthony e Lash Scott; 2000 – Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno. Editora Celtas. Tradução de Maria Amélia Augusta.

Blanco, José M. Maroto; 2015 – Os Problemas da África Central e Ocidental Francófono como entraves ao desenvolvimento econômico e social; Uma visão crítica das elites africanos. Revista Simbiose vol. 2, n. 2.

Borges, André; 2009 – Governança e Polícia Educacional: a agenda recente do Banco Mundial. (Revista Scielo).

Caetano, Fara; 2013 – Cooperação-Guiné-Bissau: Os Projetos Portugueses no Sistema Educativo Guineense. História, Revista da FLUP. Porto, IV série, vol.3-2013,97-120.

Campos, Bárto, et Furtado Alexandre; 2009 – Política Docente na Guiné-Bissau. Banco Mundial, Versão final 2009.

Canário, R. Sónia, Maria R. 2009 – Mundos dos Trabalhos e Aprendizagem; (Educa. Formação; 14).

Canário, Rui; 2000 – Educação de Adultos. Um Campo uma problemática.

Capucha, Luís; 2005 – Desafios da Pobreza. Primeira Edição, Outubro de 2005. Celta Editora.

Carmo, Renato Miguel; D'Avila, Maria Madalena; 2020 – A Miséria do Tempo: Vidas Suspensas pelo Desemprego. Edição tinta-da-china.

Carmo, Renato Miguel, (org); 2018 – Desigualdades Sociais: Portugal e Europa. Editora: Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL.

Covas, Maria das Mercês Cabrita M; 2006 – Percursos da Sociologia da Família: das origens à consolidação como ciência. Ed. Universidade de Algarve.

Correia, Virgílio; 2007 – Educação e Desenvolvimento. - (Extra-coleção), edições Colibri.

Damasceno, Heide de J. 2021 – Experiências de jovens afrodescendentes/negras na educação profissional: contribuições ao Serviço Social em Portugal e Brasil, Departamento de Ciências Políticas e Políticas Pública, Escola da Sociologia e Políticas Públicas.

Dauster, Tânia; et al, **Tosta**, Sandra P; **Rocha**, Gilmar; 2012 – Etnografia e Educação: Culturas Escolares, formação e sociabilidades infantis e juvenis. Lamparina editora.

Djaló, Mamadu; 2009 – A Interferência do Banco Mundial na Guiné-Bissau: A Dimensão da Educação Básica - 1980-2005. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política - universidade de Santa Catarina-Florianópolis.

Esteves, António J. **Stoer**, Stephen R; 1992 – A Sociologia na Escola: Professores, Educação e Desenvolvimento. Ed. Afrontamento, Biblioteca das Ciências do homem.

Fabiana, M. Cruz; 2016 – O que se entende por Educação: As abordagens da sociologia clássica de Durkheim, Weber e Marx. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Vol. 13, n.1, Jan/Jun, 2016.

Fara, Caetano; 2013 – Cooperação Portugal-Guiné-Bissau: os projetos Portugueses no sistema educativo guineense História. Revista da FLUP. Porto, IV Série, vol. 3 – 2013, 97-120.

Faria, Raquel; 2012 – O desenvolvimento do Setor Educativo Africano como prioridade da APD Portuguesa. WP111/2012. Centro de estudos sobre África do Desenvolvimento.

Fahel, Murilo (org); 2013 – Desigualdades Educacionais & Pobreza. Editora PUC Minas; Belo Horizonte.

Fitoussi, Jean-Paul e **Rosanvallon** Pierre; 1997 – A Nova Era das Desigualdades. Celtas Editora, Oeiras.

Fontaine, Anne Marie; 2000 – Parceria Família-Escola e Desenvolvimento da Criança. Edições ASA, S. A; coleção em foco.

Giddens, Anthony; 2017 – O Mundo na Era da Globalização. 9º edição, editorial Presença, tradução: Saul Barata.

Gomes, F. 2014 – Organismos Internacionais no Apoio ao Setor Educativo na Guiné-Bissau: O Caso do Programa Alimentar Mundial, Universidade Coimbra.

Guimarães, José M; 2006 – A Política «Educativa» do Colonialismo Português em África - Da I República ao Estado Novo (1910-1974).

Graff, Harvey J. 1994 – Os Labirintos da alfabetização: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização. Trad. Tirza Myga Garcia. Educação & teorias críticas.

Iturra, R; 1990 – Figuras à Escola Para Trabalhar a Terra: Ensaio de Antropologia Social sobre Insucesso Escolar. Edição; ESCHER, Publicações.

Jaló, Sumaila; 2000 – Ideologias Educativas na Guiné(-Bissau) - 1954-1986, 2º ciclo de estudos em História Contemporânea; Faculdade de Letras, Universidade de Porto.

Macedo, Berta; 2000 – A Construção do Projeto educativo de Escola: Processos de definição da lógica de funcionamento da escola.

Matos, José M, et al; Promoção do Sucesso Educativo; (Projetos de Pesquisa) Textos de educação Fundação Calouste Gulbenkian. Serviços de Educação e Bolas.

Moacir, G. et al Romão, Eustáquio J.; 2021 – A descolonização das Mentes/ Paulo Freire e Amílcar Cabral: São Paulo Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.

Morrow, Allen R. et al, Torres, Carlos A.; 1997 – Teoria Social e Educação: Uma crítica das Teorias da Reprodução Social e Cultural; Edições Afrontamento. Biblioteca das Ciências do Homem.

Nunes, Nuno; 2013 – Desigualdades Sociais e Políticas de Ação Coletiva na Europa. Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL.

Paraskeva, João M; et al; 2006 – Marxismo e Educação. Vol. I, Ed. I. Edições Profedições Lda./Jornal a Página.

Perrenoud, Philippe; 2004 – Os Ciclos de Aprendizagem: Um Caminho para Combater o Fracasso Escolar; trad. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard.

Pereira, Aristides; 2003 – O Meu Testemunho – Uma Luta Um Partido dois países. Versão documentada.

Pinto, Conceição Alves; 1995 – Sociologia da Escola; Editora McGRAW-HILL de Portugal.

Resende, José M; 2008 – A sociedade contra a escola? A socialização Política Escolar num contexto de Incerteza. Epistemologia e sociedade, Instituto Piaget.

Sané, S. 2018 – Revista Temas em Educação, João Pessoa Brasil, vol. 27, n. 1, p. 55-77, Jan/Jun 2018. Os Desafios da Educação na Guiné-Bissau.

Santos, Boaventura de Sousa, (org); 2001 – Globalização: Fatalidade ou Utopia? Edição: Afrontamento. Coleção: A Sociedade Portuguesa Perante os Desafios da Globalização.

Saúde, Sandra, et al; 2014 – Os Impactos Sociológicos do Ensino Superior. Um retrato a partir de estudos de caso em Portugal e Espanha. Edições Sílabas.

Seabra, T. et al **Abrantes**, P; 2016 – Incursões na Sociedade Educativa. Ed. I. mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL.

Sebastião, J; 2012 – Democratização do Ensino Desigualdades Sociais e Trajetórias Escolares, Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Sil, V. 2004 – Alunos em Situação de Insucesso Escolar, Instituto Piaget, 2004.

Silva, Pedro; 2007 – Escolas, Famílias e Lares: Um Caleidoscópio de olhares. 1º ed. 2007, Profedições, Lda./ Jornal a Página.

Silvestre, Hugo C. (Coor.); 2013 – Coletânea em Administração Pública. Copyright by Editora Escolar.

Stoer, Stephen R. et al, **Araújo**, Helena Costa; 1992 – Escola e Aprendizagem para o Trabalho: Num país da (semi) periferia europeia. Ed. ESCHER, Lisboa.

Sucuma, A. 2013 – Estado e ensino superior na Guiné-Bissau 1974-2008, 2013. 115 f. il.; 30 cm.

Té, Francisco Armando Bilima; 2017 – Políticas Educativas na Guiné-Bissau – estudo longitudinal dos ensinos básicos e secundário: Iscte-iul.

Veloso, L; et al, **Abrantes**, P; 2013 – Sucesso Escolar. Da compreensão do fenómeno às estratégias para o alcançar. Ed. Mundos Sociais.

Lopes, Carlos; Org. 1995 – Colóquio Construção e Ensino da História de África: Atas das sessões realizadas na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 7, 8 e 9 de Junho 1994. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Outras Referências

Lei De Base do sistema educativo da Guiné-Bissau.

Pires, Carlos; 2012 – Política Educativa – uma abordagem pela análise das políticas públicas. <https://www.researchgate.net/publication/265380186>.

Plano Nacional De Ação; 2003 – Educação para TODOS, Ministério da Educação Nacional.

Plano Sectorial da Educação (2017-2025); 2017 – Ministério da Educação e Ensino Superior.

Relatório de Tendências 1 Guiné-Bissau: 2022: Explorar futuros alternativos de desenvolvimentos. Tendências Económicas e Humanas para o Desenvolvimento até 2040. **PNUD** Guinea Bissau & Frederick S. Parde Center for International Futures. Bissau, Guiné-Bissau e Denver, EUA.

RESEN; 2015 – Relatório sobre o Estado do Sistema Educativo Nacional: Para a Reconstrução da Escola da Guiné-Bissau Sobre Novas Bases: 2015; Ministério da Educação Nacional.

Boletim ANTI-COLONIAL – Edição Afrontamento, arquivo 2, 1975.

Prospetiva do Desenvolvimento Económico e Social da Guiné - 1972, Junta de Investigação do Ultramar – Província da Guiné.